

(Texto sem revisão.)

 **PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** Boa tarde a todos.

O Ver. Cláudio Conceição está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (UNIÃO): Muito boa tarde, Presidente Mauro; boa tarde a todos vereadores e todos aqueles que nos assistem pela TVCâmara. Eu gostaria de trazer uma situação que tem chegado a mim, e começou chegando uma, chegando duas e hoje são mais de 25 situações de pessoas que têm recebido as contas de água do DMAE, em Porto Alegre, e os custos têm sido extremamente exagerados. Chegou agora a mim uma pessoa ali da Nova Gleba, que a conta de água dela é de R\$ 800,00; outras, R\$ 500,00; outras, R\$ 700,00, contas que não condizem com o lugar onde moram, o quanto gastam. Então são mais de 30 pessoas que chegaram até o nosso gabinete pedindo para que seja revista a questão do DMAE, porque os custos estão extremamente exagerados. Ora, e essas pessoas vão até o 156, e chegando no 156 é uma demora para ser atendido. A demora para as pessoas que acessam o 156 para pedir providência, quando conseguem acessar o 156, não conseguem ter a resposta do órgão para o qual se destina àquela reclamação. Muitas vezes, perdem ali 20, 30 minutos. Então precisa ser revisto o atendimento do 156, e, sobretudo, o DMAE precisa dar essa contrapartida, porque os custos estão exagerados, as pessoas não têm condições de pagar. Por exemplo, essa pessoa, Dona Lia, ali da Nova Gleba, é uma pessoa que não tem condições financeiras de pagar, e a orientação foi: paga e depois recorre. Não, mas as pessoas que ganham um salário mínimo, as pessoas que realmente não têm essa condição, como elas vão pagar para depois pedir que seja revisto? Eu me proponho, nesta tarde, através desta fala, já que a gente faz parte da base do governo, a pedir que o DMAE possa ser muito mais pontual, criterioso, perito nessa questão da água, nas comunidades onde, de fato, o custo está elevado e

não diz respeito à questão daquilo que está sendo proposto. O trabalho não está sendo entregue! Na Lomba do Pinheiro falta água um monte de vezes, e a conta de água é um absurdo. Essa conta não fecha, há desequilíbrio, e, sobretudo, falta de respeito para com as pessoas que consomem esse trabalho. Existe aqui uma CPI sendo colocada para análise do DMAE, então a gente começa a achar que precisa mesmo ser feita, porque é um absurdo o que está sendo fornecido, contas exageradas, valores altos demais. Obviamente que precisa ser feita uma ação da parte do governo para que o DMAE possa, realmente, rever esse trabalho que está sendo entregue. Porque a falta de água recorrente em Porto Alegre, os custos altos, obviamente que isso não pode continuar. E quem fala é alguém da base do governo, é alguém que não vai votar nessa CPI, todavia a fala tem que ser feita, o trabalho tem que ser revisto, porque o que está sendo entregue para a população não pode continuar. Valores altos e a falta de um trabalho de excelência, isso não pode continuar. Muito obrigado. Que Deus abençoe.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Mauro Pinheiro, que preside muito bem, por sinal, a nossa Casa e a sessão; querido Moisés Barboza, vereadoras, vereadores, público que nos dá a honra, particularmente na nossa TVCâmara. Tem um tema que inclusive está sendo tratado, Ver. Adeli Sell, aqui, de forma muito adequada. Nós temos aí uma CPI da Equatorial, ou quase, mas temos – não é? –, na Câmara. Pois eu diria o seguinte, primeiro, que eu apoio essa ideia e ela tem que ir adiante, por óbvio; segundo, e aí vem um detalhe já interessante: quando o prefeito Melo faz esse giro, aparentemente pró-população – aparentemente –, faz um giro contra a Equatorial com essas barbaridades que a Equatorial fez, Ver.^a Mari Pimentel, é um giro aparente. Por quê? Primeiro, ele votou a favor, como deputado, da privatização da CEEE. Não esqueçam disso. “Ah, no tempo da CEEE...”, diz ele. Mas ele votou a favor da

venda, privatização e venda. Depois votou a favor de ser Equatorial. O que é o prefeito? Segundo, tem coisas que a Prefeitura tem que fazer. A Prefeitura tem, sim, que fazer um exame arbóreo importante, significativo; tem que fazer. Não basta fazer essa coleta relativa ao desastre ocorrido, nós temos que ter mais árvores e árvores em condições; mais árvores e em condições. Mas isso requer trabalho, boa vontade, decisão política. Nós temos que ter as bocas de lobo limpas, senão vai dar alagamento sempre. Mas isso requer trabalho, decisão política, fiscalização, e o prefeito tem que fazer. Uma coisa que o Robaina e o Adeli vão entender: eu acho, pessoal, uma barbaridade a Equatorial usar o nome CEEE. Isso aí é um estelionato. A Equatorial é Equatorial. Como CEEE Equatorial? Não tem nada de CEEE ali, não tem servidor, não tem nada de CEEE. Não compraram a marca, exatamente. A CEEE, para aqueles que não sabem, era a antiga Bond & Share, subsidiária da Light, multinacional, que o governador Leonel Brizola encampou, estatizou. Ela era privatizada, a Bond & Share, que era um braço da Light do Rio de Janeiro. Pois bem, foi estatizada e criou-se a CEEE e foi um grande trabalho. Tinha problemas? Claro, quem não tem problemas? Se resolvem. A pior solução é a que foi dada: privatização e venda. Foi um desastre, um desastre. Boa parte do Rio Grande hoje paga essa barbaridade, e o governador Leite é o grande responsável, mas o prefeito tem sua parcela, e é grande, não é pequena. Mas o que eu acho, Ver. Oliboni, é um estelionato, eu dizia antes, a Equatorial usa o nome CEEE, não é CEEE. Para as pessoas se enganarem, às vezes dizem no rádio, eu tenho visto alguns programas, alguns debates: “pois é, a CEEE”. Não é CEEE, é Equatorial. A CEEE não existe mais, a CEEE foi criada pelo Brizola, privatizada e vendida pelo Leite com apoio do Melo. Não existe CEEE, existe Equatorial, o objeto da CPI é Equatorial. E quem faz essa barbaridade de deixar a nossa população, em boa medida e muito além do tempo, sem luz; e quando é poço artesiano, sem luz e sem água, é a Equatorial. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, Presidente Mauro Pinheiro, vereadores, vereadoras, público que assiste aqui nas galerias e público que assiste na TVCâmara. Eu quero aproveitar, inclusive, o pronunciamento do Ver. Cláudio Conceição, que chegou a mencionar a importância de uma investigação sobre a situação do DMAE, para pedir ao Cláudio Conceição a assinatura que me falta, para que nós tenhamos uma comissão parlamentar de inquérito que investigue. Porque o DMAE é, sim, um caso em que a investigação é necessária; e o governo Melo, durante algum tempo, tem desmontado essa autarquia com o objetivo claro de ganhar uma parte da população para a ideia da privatização. Porque o governo Melo é um governo que impulsiona – e essa é a sua tentativa de ganhar o apoio das elites da cidade de Porto Alegre, da alta burguesia brasileira e do Estado do Rio Grande do Sul. O governo Melo é um governo que tenta impulsionar negócios, e negócios que, via de regra, trazem prejuízos ao interesse público, como a privatização do DMAE traz. O governo recuou desse projeto este ano, mas disse que, caso vença as eleições, voltará com esse propósito. O caso do DMAE é grave não só porque o governo tem uma política de desmonte e uma estratégia de entrega para a iniciativa privada, fazendo com que mais uma área essencial deixe de ter o controle público. O Ver. Pedro Ruas lembrava agora do episódio da CEEE Equatorial, que passou a exercer esse serviço com uma qualidade terrível, um prejuízo enorme para a população gaúcha, a tal ponto que a própria Câmara de Vereadores, que, em geral, não tem uma maioria a favor de investigar, foi a favor de ter uma Comissão Parlamentar de Inquérito, cujo conteúdo, por sinal, eu quero insistir, trata, em última instância, de uma busca da Equatorial de garantir uma margem de lucro maior, para isso, inclusive, produz um processo de formação de mão de obra fraudulento, de tal forma que nós temos, no Rio Grande do Sul, um processo de falsificação, de desqualificação da qualidade da mão de obra, razão pela qual o serviço piorou muito. É evidente que piorou e a responsável pela Agergs, na CPI, falou de modo claro que a Equatorial é muito pior do que a CEEE estatal. Pois no DMAE, além desse problema, nós temos uma suspeita claríssima de corrupção. Então, além de um problema de concepção de gestão, no sentido estratégico que o governo quer privatizar uma empresa muito importante, há uma suspeita clara de corrupção. Foi isso que fiz ontem no Mistério Público Estadual, me reuni com o promotor Felipe H. Kreutz, promotor em defesa do patrimônio público, levei novas denúncias. Vocês sabem que, em dezembro no ano passado, eu já apresentei as denúncias sobre a corrupção no DMAE, envolvendo o diretor-presidente do DMAE, que foi nomeado pelo prefeito Melo, que assumiu em janeiro de 2021, e que só foi demitido em janeiro de 2023. Ficou dois

anos à frente da autarquia e sob ele pesa acusação de ter recebido propina, acusação de um empresário que fez e continua prestando uma série de serviços, Sr. Luiz França, que era o responsável operacional da MG. Dessa vez eu não levei as denúncias do empresário Luiz França. As denúncias do empresário Luiz França que apresentei em dezembro, elas motivaram a abertura da investigação do Ministério Público, o Ministério Público está investigando aquelas denúncias. Quando o Ministério Público investiga, é porque ele vê fundamento nas denúncias, do contrário ele não abre uma investigação, ele decide que o expediente não é corresponde à necessidade de uma investigação, mas não só ele abriu o expediente, como ele está investigando. Há uma investigação em curso sobre corrupção no DMAE e eu apresentei novas denúncias, não quis apresentar ao público, por quê? Porque a investigação do Ministério Público corre em segredo de justiça. Como corre em segredo de justiça, eu acho que é muito útil que o Ministério Público siga investigando, até porque, infelizmente, na Câmara de Vereadores nós não tivemos os 12 vereadores e vereadoras necessários para fazer uma Comissão Parlamentar de Inquérito, o que seria uma necessidade e uma obrigação, porque cabe à Câmara de Vereadores fiscalizar o Executivo. Mas aqui, Ver. Mauro Pinheiro, nós temos uma maioria de vereadores que não quer cumprir essa função constitucional, que não gosta de fiscalizar, que não gosta de investigar. Eu posso garantir para vocês que CPI funciona, tanto funciona, que a maioria que tentou boicotar e sabotar a CPI da educação – fez de tudo para sabotar, fez de tudo para boicotar –, não conseguiu impedir que se fizesse um trabalho que garantisse as informações necessárias para a Polícia Civil, por exemplo, prender a secretária de Educação que havia sido nomeada pelo Melo, prender o empresário que nós estávamos denunciando e com certeza talvez tenhamos novas notícias, e até quem sabe novas prisões. Mas eu insisto, portanto, não só na utilidade de nós termos Comissões Parlamentares de Inquérito, como na importância de se investigar o DMAE, e para aqueles que são um pouco curiosos, posso adiantar que as denúncias que eu apresentei dizem respeito ao mesmo contrato da MG com o DMAE. Não são denúncias do empresário, mas são denúncias de gente que está preocupada com a má administração e com a má gestão numa autarquia tão importante, que nós queremos defender, que nós queremos preservar pública, que nós queremos garantir transparência, porque é muito importante que nós tenhamos um serviço essencial controlado pela população, sem corrupção, sem desvio e sem incompetência. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Boa tarde, Presidente Mauro Pinheiro, colegas que nos acompanham, antes de falar sobre o que eu quero

falar, eu queria fazer um comentário, vamos dizer assim, sobre o que o Ver. Robaina falou. Eu queria dizer que o relatório da CPI, que foi aprovado nesta Casa, inclusive o relator é o nosso Presidente, indicou, se não me engano, quatro nomes, dos quais, três acabaram sendo chamados, responsabilizados. Quero deixar muito claro, repito, não dá para subir aqui e esquecer que tem Tribunal de Contas, Ministério Público, Polícia Civil. E a nossa opinião continua sendo que, em véspera de eleições, a maior parte das CPIs, sim, são só palanque eleitoral. Ponto! Subo a essa tribuna, agradeço o espaço em nome da bancada do PSDB, dos vereadores Gilson Padeiro, Conselheiro Marcelo, para dividir aqui publicamente a alegria, a satisfação, o orgulho de fazer parte de uma bancada de vereadores, como os vereadores do PSDB aqui no Legislativo municipal. O Ver. Gilson Padeiro e o Ver. Conselheiro Marcelo tiveram momentos difíceis, que acredito que várias bancadas tiveram aqui, Ver. Idenir Cecchim, que é a tal da janela partidária. Ter companheiros e companheiras, há vereadoras também, isso não é propriedade aqui, estou falando da experiência que eu tenho, que têm uma postura coerente, ética, num momento em que a gente vê parte, repito, generalização é injustiça, estou falando parte de partidos que literalmente, na janela partidária, dão o sentido de que o golpe está aí, cai quem quer – o golpe está aí, cai quem quer – com promessas mirabolantes, “nós vamos dar tanto de recursos para os nossos 36 vereadores”. Se o cara tiver uma calculadora, só uma calculadora, dá vontade de perguntar assim: mas vem cá, de onde é que vão tirar dinheiro, assim, de fundo partidário, para uma eleição proporcional desse seu partido? Candidatos também, buscando cobertura de ofertas, uma vergonha! Então, não posso deixar de, orgulhosamente, dizer que o PSDB e o CIDADANIA, aqui representado pelo Ver. Cássia Carpes, fizeram um trabalho muito bem feito, de convites, e não aceitamos ninguém que veio ofertar dinheiro, recursos, porque o dinheiro não compra tudo, viu, Ver. Idenir Cecchim, o dinheiro não compra tudo! E eu tenho muito orgulho de fazer parte de um grupo de pessoas que não fez parte desse tipo de diálogo na janela partidária, mas a gente sabe que teve, gente sabe que teve, a gente critica, e fica aqui um sonho utópico quem sabe que um dia nas janelas partidárias, as pessoas procurem partidos

por identificação ou que apareçam nas conversas com o estatuto dos partidos. Que discutam de repente os posicionamentos ideológicos, que de repente discutam qual é o posicionamento da sua legenda, Presidente, sobre o governo federal, sobre o governo municipal, porque a gente vê políticos se posicionarem aqui de uma forma, mas que no campo nacional não tem nada a ver. Tem gente aqui que procurou partidos batendo no governo Lula, mas partidos que são da base do governo, de sustentação do governo Lula. Nós vimos também candidatos não só em Porto Alegre, mas em outras cidades procurando partidos da base dos governos municipais, mas com condutas de oposição. É uma verdadeira salada de frutas, e repito: entendi, na janela partidária, a frase que o golpe está aí, cai quem quer, porque tem partidos também que fazem propostas visivelmente apenas – Ver. Mauro Pinheiro – para filiar as pessoas, porque depois que acabou a janela – Conceição – não está nem aí, o cara já está ali, não pode sair mais. O golpe está aí, cai quem quer. Obrigado, Presidente.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL) (Requerimento): Eu peço, Presidente Mauro Pinheiro, que nós façamos um minuto de silêncio em homenagem – está hoje em toda a imprensa –, em homenagem ao trabalhador rural Murilo Vieira dos Santos, que morreu em Bagé, de choque elétrico em condições que ainda estão sendo investigadas. Lamentavelmente a morte ocorreu, e eu peço um minuto de silêncio, então, um rapaz de 24 anos que perdeu a vida lá em Bagé, por favor.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (CIDADANIA): Presidente Mauro Pinheiro, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o Partido Cidadania é um partido pequeno, mas com grandes proposições. Tenho ao meu lado uma das melhores deputadas do Estado, Any Ortiz, tem uma história na política, e não será dinheiro que mudará a nossa ideologia ou nosso pensamento ou nosso conceito sobre política, Ver. João Bosco Vaz. Desde que entrei no partido, dia 18 de março, sequer quis saber onde era a nossa bancada. Hoje de manhã, pela primeira vez, entrei, uma sala pequena, mas o que me surpreendeu é que estou desde 18 de março, aguentei no osso do peito, esperei para que eu tomasse como líder desse partido. Mas o que me surpreendeu hoje de manhã está aqui, materiais de escritório para manter a bancada foram retirados dia 27 de março e 1º de abril. Ou seja, como líder do partido, minha bancada não tem direito a quase nada este mês, tiraram antes, gente. Isso é irresponsabilidade. Como podem ser políticos e estar nesta Casa? Eu peço a esta Casa que peça a devolução desse material, no mínimo; caso contrário, eu voltarei a esta tribuna e direi quem é o vereador e qual a bancada e qual o gabinete. Em política tem gente que faz muitas *fake news*, mente para a população. E essas questões de ética e moral eles não cumprem, lamentavelmente. É desta política que eu não participo. Está aqui, 30 mais 27, são 57 itens retirados da bancada. Está lá, a bancada não tem nada; até, por mim, vou analisar se vale a pena ter bancada. Mas, para a gente ter bancada, tem que ter um minitrabalho, que é a caneta, que é a borracha, que é o papel. Isso é lamentável. Eu vejo muitos político na mídia mentindo para a população. O mais importante que eles tinham que dizer é: eu sou honesto, eu sou ético, eu tenho moral. Isso não se faz, enganam os trouxas, mas não nos enganam, Presidente. Peço providências para que devolva esse material, porque a bancada do Cidadania quer no seu lugar adequado, e não em outros lugares. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, servidoras e servidores públicos, enfermeiras, técnicas de enfermagem, assistentes sociais, monitoras de escola, professoras, trabalhadoras da engenharia, da arquitetura, de todos os setores, de todas as secretarias; mais um ano que o governo Melo desrespeita o servidor público de carreira, mostra o seu ódio aos concursados. Para os secretários, ano passado, foi um aumento de 40%, cerca de 40% de aumento para os secretários do Melo, para os indicados políticos dos partidos. Agora, para quem faz a educação, a saúde, o saneamento, a limpeza urbana acontecer, as secretarias – aonde os vereadores vão, batem na porta e pedem ajuda: passa a patrôla aqui, faz um asfalto ali, passa a vassoura nessa calçada, corta a grama, que eu quero me mostrar zelador –, eu não vi nenhum vereador aqui criticar a vergonhosa proposta do governo Melo de parcelar apenas uma parte da inflação. Deve quase 30% de reposição salarial de inflação, não é aumento, não é aumento! Esta Prefeitura deve, e o governo não reconhece, mas dinheiro para os secretários tem. E o pior, esta cidade vai pagar R\$ 35 mil para quem estiver na Prefeitura, para o cargo de prefeito, de prefeita, isso é escandaloso! Enquanto nós temos hoje – não chegou ainda na Câmara, que foi promessa do governo –, nós temos, do padrão 2 ao 4, principalmente, os operários do DMLU, da SMAMUS, da SMOV, lá do DMAE, recebendo abaixo do salário mínimo. E o governo prometeu que ia mandar para cá um projeto equiparando o salário do nível 2 ao 4 ao salário mínimo, e nem isso chegou. Nem isso! Nós temos pessoas, e é importante o cidadão que recolhe imposto, paga IPTU, paga a taxa de lixo, paga ICMS, saber que este governo mantém trabalhadores que recebem abaixo do salário mínimo. E aí a proposta do governo é isto aqui para quem trabalha, mas para classe política é isto aqui. Isso nós não podemos concordar. É preciso que o governo retome essa proposta e faça uma proposição séria, porque inclusive tem quatro meses do governo que ele não colocou ali na proposta. Aí é bacana, o prefeito foi lá, bota um jaleco dos agentes de saúde, mas não paga a inflação. Ele vai lá, bota a roupa do DMLU, mas não paga os trabalhadores. Ele vai lá, sobe numa patrôla, diz que está fazendo asfalto com aquele secretário que já foi – ainda bem que já

foi, saiu, se licenciou, vai tentar ser vereador, coisa boa, está lá –, ele vai lá e diz: estou fazendo asfalto. Mas quem faz é o servidor público que está com o salário arrojado. E não reconhece. A Guarda Municipal luta há tanto tempo pelo risco de vida, 185%, padrão 7, não é reconhecida e faz a segurança, mas aí o secretário adjunto e o secretário de segurança, que ficavam desfilando por aí, querendo se aparecer com o trabalho dos guardas, ainda bem que eles vazaram, eles ganharam aumento de 40%, para um secretário que nem faz parte da Guarda, mas os guardas não receberam os 40%. Então, eu venho aqui indignado para cobrar uma postura da Prefeitura de Porto Alegre, de reconhecimento. É chegada a hora, prefeito Melo, de mostrar ao que veio; se V. Exa. veio só para dar as isenções, como deu R\$ 70 milhões de isenção do IPTU, da Fraport, que eu não me canso de falar, porque eles dizem assim: “O Supremo não deixa”. Mentira! O Supremo disse que se as prefeituras quiserem cobrar IPTU das pistas de pouso e de decolagem podem cobrar, e este prefeito não quis cobrar. O Supremo foi claro e disse que pode cobrar, em Porto Alegre ele não quis cobrar imposto e arrocha os trabalhadores.

Por fim, encerrando, é uma vergonha o vídeo que eu vi do tal Eduardo Bolsonaro – o filho do “Bozo”. Esse cara estava pedindo para votarem no Congresso para tirarem da prisão o tal de Brazão, o tal deputado Chiquinho Brazão, que foi preso pela Polícia Federal; e o filho do Bolsonaro não teve vergonha, pediu ao Congresso, que hoje vai votar, para soltá-lo. Nós estamos diante de um dos maiores crimes que pode a Nação mergulhar, que é a afronta do Congresso à independência dos poderes e à investigação da Polícia Federal. A Polícia Federal precisa ser fortalecida, se ela prendeu, tem que ficar preso, porque ele é o suspeitíssimo de assassinar Marielle Franco, de ser mandante. Aí o deputado Bolsonaro... Ninguém subiu aqui para defender, quero ver quem vai subir para defender o Eduardo Bolsonaro, que quer soltar – gente, eu nunca tinha pensado nisso –, soltar o cara investigado, o cara suspeitíssimo. Para concluir, Presidente, eu até perdi as palavras aqui, me faltam palavras para caracterizar tamanha monstruosidade que o Congresso pode fazer. Espero altivez e respeito do Congresso.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, colegas vereadores, público que nos acompanha aqui na TVCâmara e nas galerias. Eu gostaria de começar a minha fala, porque eu realmente achei que o líder do PSDB – o Ver. Moisés Barboza, que não se encontra aqui presente, aqui ele terá a oportunidade de voltar e falar – realmente fosse defender o governo o qual ele deveria defender. O Ver. Moisés deveria defender a fala do Ver. Pedro Ruas contra o governador Eduardo Leite, contra a privatização da CEEE, contra qualquer situação, que nós sabemos que cabe ao líder do municipal, do PSDB, defender. Mas não, parece-me que nas horas vagas, à meia-noite – que Deus lhe abençoe, Ver. Moisés –, em vez de estar amando a sua esposa, cuidando dos seus filhos ou dormindo, Ver. Cecchim, o que nós devemos fazer à meia-noite? É isso, um homem de família, pai de dois filhos pequenos. Pois é, Ver.^a Biga, um homem de família, e eu fui para um partido que é em prol da família, que Deus o abençoe e consiga achar melhores hábitos do que falar de outros vereadores, ou falar mal desta vereadora. Se tem interesse em falar mal, que fale aqui, como fez falando mal da CPI, que prendeu quatro pessoas; como fez falando mal do governo do PSDB, do prefeito então, Nelson Marchezan, dizendo que era um governo que não tinha feito o que precisava ter feito; e quem fez foi o prefeito Sebastião Melo no qual quatro pessoas foram presas. Parece-me que a índole, a moral não fazem mais parte de líderes políticos, e aqui a gente vê as narrativas. E aqui eu trago para vocês, vereadores, algo muito importante e que a gente pode já considerar como uma denúncia para a Comissão de Ética. Nós temos o Ver. Moisés Barboza, junto com o vice-prefeito, Ver. Mauro Pinheiro – e coloco aqui, como Presidente da Câmara, se puderem trazer aqui a o *print* nos grupos de WhatsApp primeiro, né? PSDB vai ter candidato próprio? O que faz o Ver. Moisés, presidente do PSDB municipal, que diz que vai ter candidato próprio, num grupo de pré-campanha do prefeito Sebastião Melo? Eu acho que tem

alguém dando facada nas costas do governador e não o estava defendendo. E aqui é o que o vereador tentou aqui passar por entrelinhas e não conseguiu, ele e o vice-prefeito, Ricardo Gomes – que por acaso está fora da eleição, que eu não sei por quê –, estão aqui confabulando que O Boticário, empresa de que a minha família tinha representação e que vendeu, estaria oferecendo dinheiro para o governo do Estado. Olhem aqui, vereadores, olhem a situação da narrativa, para me filiar a um partido político. Pois é, o Pix não passou no REPUBLICANOS, não passou nos outros partidos, mas ia passar no bolso do Ver. Moisés – vereador que não conseguiu fazer uma nominata digna, que está aqui culpando mandatários, está culpando aqui líderes políticos que ofereceram oportunidades para seus candidatos e ele não conseguiu montar uma candidatura, e ficou aqui, ao longo do tempo, pensando na Mari Pimentel. E volto novamente: que Deus lhe abençoe, que seu tempo com sua família seja grato, que saiba que o tempo dos seus filhos não voltará, e quando olhar para uma mulher, olhe novamente para sua esposa à meia-noite, e não para o WhatsApp para falar mal da Mari Pimentel. Tenho certeza de que o tempo que o senhor coloca comigo ou pensando em mim, não está colocando na sua família, na sua esposa e nos seus filhos. E é com isso que encerro meu discurso. Obrigada.

Vereador Moisés Maluco do Bem (PSDB): Presidente Mauro Pinheiro, a carapuça serve para quem quer. Não citei ninguém, fiz análise da janela partidária. Gostaria de solicitar à Casa, vou solicitar por escrito, todos os absurdos ditos pela Ver.^a Mari Pimentel num grupo que não tem nada a ver com grupo de apoio a candidato nenhum. Mas o que ela fez aqui nesta Casa em desrespeito a seus pares na questão da CPI por ser uma ególatra apenas se confirma no dia de hoje. Desejo todo sucesso na caminhada da Ver.^a Mari Pimentel, que tentou, sim – e todo mundo sabe o quanto tentou – estar no PSDB, mas o PSDB de Porto Alegre não deixou e não gostou das suas tentativas inúmeras, que são públicas e notórias. Temos bancada, temos executiva, temos diretório, e gostei muito que a gente respeitou as instâncias internas do Partido.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Está feito o registro, vereador. Ver. Engº Comassetto.

Vereador Engº Comassetto (PT): Prezado Presidente, nós temos um conjunto de regras nesta Casa, e o que meu colega que me antecedeu fez aqui não é questão de ordem nem aqui, nem na China. Portanto, pode usar a tribuna para fazer a defesa, senão é esculhambação.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Está feito o registro. Muito obrigado. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, com esse clima quente, muito quente aqui hoje, começando... Ver. Moisés, o senhor chegou com a perna machucada, minha solidariedade. Eu só posso confirmar uma coisa: o senhor não falou o nome de nenhum vereador e de nenhuma vereadora aqui. Agora, eu que não sou bolsonarista, muito menos petista – muito menos petista –, quero dizer ao Ver. Jonas que os dois Brazão, o Chiquinho e o outro, são da mesma turma do Waguinho que apoiou o Lula no Rio de Janeiro. Eles são da parte ruim, Ver. Cassiá, lá do Rio de Janeiro. E o Ver. Jonas, tentando se desvencilhar, tenta colocar nos outros. Não! Esse é teu! Esse é do PT! Esse é do Lula! Os dois irmãos Brazão são do Lula! São do Lula e vocês carreguem, eu não queria falar sobre isso porque não me interessa, mas também não vamos fazer cinema aqui, Ver. Jonas, não vamos fazer cinema. Esses dois, que bom que se descobriu os matadores da vereadora Marielle Franco. O Brasil todo queria saber quem matou Marielle, agora nós sabemos, só que deu um azar danado que os Brazão, os dois Brazão, imagina o nome que eles têm, foram pegos com a mão na botija e era da mesma turma do prefeito Waguinho do Rio de Janeiro, aquele que indicou a ministra, e o Lula nomeou a ministra, depois teve que tirar, porque sabia que era daquela turma, os dois Brazão, o prefeito Waguinho, a mulher do Waguinho e assim vai, isso está no

colo do Lula. Eu tenho certeza que a bancada do PT não merece que se fique falando aqui porque o Ver. Comassetto é lulista, mas sabe os limites; o Ver. Oliboni, a mesma coisa; o Ver. Adeli Sell, a mesma coisa, mas o Ver. Jonas não segura, ele tem que achar culpados mesmo que sejam do seu partido. Ele achou culpado do seu partido, Ver. Jonas, como é que o senhor faz isso com o seu partido, com os seus apoiadores? Esse deputado Brazão é da base do Lula também. Não dá para falar em base porque todos os partidos, até o meu, tem gente lá no MDB apoiando o Lula, então não é culpa da base do Lula, isso é culpa de quem tem culpa, os dois irmãos Brazão. Então, vamos deixar esse assunto de lado, porque isso não interessa para quase ninguém. Agora, tentar colocar culpa em outros, Ver. Jonas, o senhor tem inteligência suficiente para não dizer tamanha bobagem. Eu sei que o senhor foi levado a isso, alguém da sua assessoria deu essa dica para o senhor falar, mas não fala mais, deixa isso assim, deixa para a Polícia Federal. “A nossa Polícia mandou prender...” – não, a Polícia Federal é tua, é do PT, é do Lula? Até ontem não era, era Polícia Federal só! Que negócio é esse de ter uma polícia para o seu governo? Não é uma polícia de Estado? É. A Polícia Federal é para ser polícia de Estado, se ela tem alguns desvios a favor do PT atualmente, não sei, a culpa é do comandante deles, do chefe da Polícia Federal, que se acha subserviente ao Presidente Lula. Polícia Federal, Exército... Vocês não costumam falar que o Exército não tem o poder de regular, de ser moderador? Mas outra coisa: o Exército conseguiu colocar medo no Lula, porque essa do PCdoB querer falar do Araguaia e o Lula não deixar... Olha... Não deixou! Não deixou falar de medo do Exército! O Lula se acovardou ou foi acovardado pelos comandantes militares, e não se manifestou nem sobre o Araguaia e muito menos sobre 64. Então, era só para deixar claro isso. Ver. Jonas, o seu presidente se assustou. Eu não sei se ele não fez bem; acho até que fez bem em ficar quieto.

Vereador Jonas Reis (PT): Só uma correção à fala do Ver. Idenir Cecchim: esses dois, chamados Domingos e Chiquinho Brazão, eram filiados ao MDB e apoiaram o Bolsonaro. Não têm nada que ver com o PT. Qualquer um, vá na

internet e dá um Google. Vou fazer igual aos bolsonarentos: dá um Google, que aparece o nome do MDB.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Feito o registro.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamos Requerimento firmado pelo Ver. José Freitas solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia 10 de abril de 2024.

Apregoamos documento firmado pelo Ver. Cassiá Carpes, Líder da Bancada do Cidadania, por meio do qual informa a desconstituição do bloco partidário formado pelo Cidadania e pelo Partido Liberal – PL.

Apregoamos justificativa de falta do Ver. Aldacir Oliboni, no dia 09/04/2024, às 10h, por encontrar-se em reunião com representantes do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, acerca da regularização fundiária de áreas localizadas no Campo da Tuca, em Porto Alegre.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): (15h12min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em votação o [Requerimento nº 021/24](#). (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Mauro, vereadoras e vereadores, gostaria de manifestar também a minha solidariedade ao Ver. Cassiá, que apresentou uma série de denúncias sobre a utilização indevida, segundo o Cassiá, pelo que eu entendi, da liderança do seu partido atual. Sou solidário ao Ver. Cassiá, acho que é um registro importante.

Quero manifestar o meu apoio à moção feita pelos vereadores Jonas e Giovani Culau, porque considero que a investigação no caso da Equatorial é uma

necessidade. Aqui em Porto Alegre, nós temos a Comissão Parlamentar de Inquérito, tenho insistido que a Comissão Parlamentar de Inquérito precisa definir melhor o seu rumo, a sua direção aqui na Câmara Municipal. Embora eu considere muito importante que nós tenhamos uma comissão parlamentar de inquérito na Câmara, assim como é muito importante que tenhamos em âmbito estadual, porque a Equatorial presta um serviço ao Estado. Eu, inclusive, tenho uma série de proposições para que a investigação da CPI tenha mais eficácia, e eu considero muito importante que nós, vereadores e vereadoras, e nesse sentido chamo a atenção também dos proponentes dessa moção, que nós possamos ter um foco na investigação da Equatorial na questão da formação da mão de obra. Porque as denúncias que eu tenho, e nós teremos uma oitiva de pessoas que trouxeram para mim essas denúncias, é de que a Equatorial fez um processo de falsificação na formação da mão de obra. A Equatorial, para ter um custo menor no processo de formação, praticamente não deu formação nenhuma para os profissionais, simplesmente teve uma política de quase compra de certificados. Essas são as denúncias que me chegaram. E evidentemente que quando a mão de obra não é formada, não é qualificada, num serviço complexo como é o serviço de energia, o resultado não pode ser outro se não a ineficiência do atendimento. Então, nós temos inúmeros momentos de falta de energia, até mesmo no centro de Porto Alegre ou em qualquer bairro de Porto Alegre. Nós temos vários episódios de falta de energia no centro, e tudo indica que esses episódios de falta de energia estavam relacionados com a falta de competência para realizar o serviço. A CEEE, quando era estatal, tinha um corpo técnico formado, competente. A Equatorial, para economizar custos, ao invés de investir na formação da mão de obra fez um processo de formação insuficiente, para dizer o mínimo. Uma formação insuficiente leva evidentemente a prejuízos para a população, e o que é pior, em alguns casos inclusive a morte dos próprios trabalhadores que são contratados pela Equatorial, como nos parece o caso, já que nós tivemos uma série de operários que tombaram, que perderam suas vidas em serviço. Aliás, chamo a atenção aos vereadores e vereadoras que eu apresentei uma proposição numa sessão da CPI aqui de

Porto Alegre e a Ver.^a Cláudia Araújo, a Ver.^a Comandante Nádia, elas foram contra que nós fizéssemos uma proposição pedindo que a Equatorial informasse à CPI qual o número de operários que perderam a vida. A rejeição dessa proposição me pareceu um absurdo completo, porque é lógico que cabe à CPI investigar o problema da qualidade mão de obra, mas também como os operários da Equatorial são tratados. Se vários operários perderam a vida, porque a Equatorial não garantiu as condições necessárias no processo de formação da mão de obra, ou não garantiu as condições de infraestrutura para o trabalho desses operários, é óbvio que os vereadores e vereadoras deveriam se preocupar com isso. Mas a Ver.^a Comandante Nádia, como uma expressão da extrema direita porto-alegrense, realmente não se importa com a vida desses operários, de suas famílias, que tombaram pela incompetência e má administração da Equatorial. E são essas vereadoras que estão conduzindo a CPI. Essa é a minha preocupação, que a CPI perca a capacidade de ter um rumo claro mostrando as ineficácias, inclusive os desvios que ocorrem na Equatorial. Eu ainda estou com esperança que esse rumo seja garantido, porque eu acho que a Ver.^a Cláudia Araújo tem essa sensibilidade, eu estou insistindo com a vereadora para que nós tenhamos esse elemento como um elemento central. Eu vi uma declaração da própria vereadora na RBS mostrando que, de fato, parecia que havia uma incompetência na formação da mão de obra da Equatorial, e eu creio eu que nós precisamos investigar essa incompetência, se, além de incompetência, isso também não seria uma gestão criminosa de um serviço essencial nas mãos de uma empresa privada, interessada quase que exclusivamente em aumentar sua margem de lucro. Portanto a proposição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito também na Assembleia Legislativa me parece uma proposição correta e conta com o nosso apoio. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Quero fazer uma saudação especial ao coronel Marcelo Cantagalo, que está nos visitando, que por muito tempo foi o

institucional do Comando Militar do Sul. Seja sempre bem-vindo à Casa, coronel, um grande abraço.

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 021/24.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores, público que nos assiste presencialmente e também pela TVCâmara. Olha, eu nem ia falar hoje, mas o Ver. Roberto Robaina, do PSOL, adora falar no meu nome, porque provavelmente ganhe adeptos, seguidores nas suas redes ao falar no meu nome, ou deve ser algum fetiche, não sei. Quero dizer para os senhores que a mentira é uma coisa bem feia. Que coisa feia é a mentira. Uma mentira que traz aqui para os nobres vereadores, Presidente da CPI da Equatorial nesta Casa, Ver.^a Cláudia, dizendo que nós não aceitamos o requerimento dele que fala sobre pessoas que morreram, trabalhadores, pelos quais nós temos o maior respeito, e por suas famílias, que perderam as suas vidas trabalhando na CEEE, e que nós pouco nos importamos com a vida das pessoas. Ora, vereador, da extrema esquerda caviar, quero lhe dizer que durante toda minha vida na segurança pública, concursada, trabalhando 28 anos, o que mais me importei foi com vidas de pessoas, dos gaúchos e gaúchas. Ter um concurso público não é para qualquer um, ter carteira assinada também tampouco, e por certo nós nos preocupamos com vidas. Agora o senhor não venha nesta tribuna trazer falsos testemunhos, *fake news*, de que nós não aceitamos investigar pessoas mortas porque nós não nos importamos com a vida. Não, vereador, nós estamos trabalhando numa CPI de Porto Alegre, o senhor não está na Assembleia Legislativa, o senhor está na Câmara Municipal, e as pessoas que perderam suas vidas são de outros municípios, que nos importam, mas esta CPI diz respeito à capital – é isso, né, Presidente Cláudia? Vice-presidente, Ver.^a Fernanda, que está aqui; querido amigo, Ver. Moisés, que está aqui também nos ouvindo. A mentira é a pior das coisas, o enrolar pessoas que não entendem muitas vezes os ritos parlamentares e os “nãos” que nós damos aos requerimentos, muitas vez são enganados e levados até, muitas

vezes, a votarem por pessoas que fazem falsos testemunhos. E não é bonito, Ver. Robaina, o senhor dizer aqui coisas que não aconteceram na CPI da Equatorial aqui na Câmara. Simplesmente, temos que ter foco; o foco da CPI não é a privatização da CEEE Equatorial, que muitos colegas, membros da CPI, querem conversar, não é essa a pauta Ver. Airto Ferronato; a pauta é única – nós queremos saber sobre a capacidade de entrega do serviço diário para cada pessoa, seja no Lami, na Restinga, na Zona Norte, não interessa onde. E nós queremos saber da capacidade de contingenciamento – quando acontece um sinistro, qual a capacidade da CEEE Equatorial de resolver o problema, ou seja, não se fala em privatização, não se fala de outros municípios que não seja Porto Alegre, porque isso é pauta de outra esfera. Então, sejamos honestos conosco mesmo, com os colegas, porque fica até feio falar mentira, *fake news*. Tem o projeto das *fake news*, pode pegar vários, principalmente quem está levantando falso testemunho. E dizer para os senhores que se Assembleia Legislativa não assinou a CPI, os deputados devem ter sua motivação. Eu não serei a vereadora a estar apontando o dedo para aqueles que querem ou não abrir uma CPI. Eu falo pelo Parlamento municipal; por isso vou votar não a essa moção. Tenham coragem e façam o mesmo, porque nós não temos que estar nos metendo com a Assembleia. Os deputados sabem para onde eles andam; cada um que responda pela sua decisão ou não de abrir uma CPI em nível estadual. Aqui nesta Casa, para Porto Alegre, os vereadores, 26 assinaram sim porque querem fiscalizar o que acontece aqui. E, ao fim e ao cabo dessa CPI, nós queremos resolução para aqueles munícipes que estão sofrendo, sim, mas sem politicagem, sem mimimi, sem isso que a gente tem visto aqui muitas vezes, por parte da extrema esquerda “caviar”. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 021/24.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Presidente, questão de ordem.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Tiago.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Presidente, o PT já não teve dois encaminhamentos com o Ver. Adeli Sell e com o Ver. Jonas Reis?

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jonas Reis falou como autor, e o Ver. Adeli Sell falou pela oposição. O Ver. Aldacir Oliboni fala pelo partido.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): O senhor, como sempre, muito preciso, meu Presidente. Muito obrigado.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente Ver. Mauro, colegas vereadores e vereadoras, cidadãos, cidadãs que estão nos acompanhando pelo Canal 16. Realmente, essa iniciativa de uma moção para constituir a Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa tem muito a ver com a vida do cidadão porto-alegrense – Ver. Robaina –, como também no Estado do Rio Grande do Sul, embora sejam duas concessionárias: a RGE e CEEE Equatorial. Mas é vergonhoso! Vergonhoso, de 55 deputados, falta um deputado para ser constituída a CPI na Assembleia Legislativa. Vergonhoso! Onde está o PDT? Quatro deputados, Ver.^a Karen, ninguém assinou. E aqui, como falaram vários vereadores anteriormente, ela tem origem lá de uma decisão do Brizola. Cadê os brizolistas que falam tanto no Brizola? Vamos compreender a atual situação em que vivem os gaúchos e porto-alegrenses.

A Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica – fez uma pesquisa, e a CEEE Equatorial foi avaliada a pior estatal de energia do País, a pior. A RGE ficou em 19º. Milhares de cidadãos e cidadãs, nesse último temporal ou vendaval ou fortes chuvas, tiveram inúmeros prejuízos que até hoje não foi restabelecida a energia. Quem paga a conta se não há uma ação concreta na defesa dos cidadãos e cidadãs? Se o poder público se exime, os Parlamentos se eximem de debater e poder cobrar do poder público e da Aneel soluções para esses casos.

Lamentável! Aqui se trata apenas de uma moção em apoio à constituição de uma CPI lá na Assembleia Legislativa; aqui já está acontecendo a CPI. E cadê a vinda da CEEE Equatorial para falar o que aconteceu e como vai repor essas perdas para o cidadão? Até hoje nada, Ver. Jonas. Quanto tempo faz que foi constituída a CPI aqui na Câmara de Vereadores? Vergonhosamente ainda nenhuma decisão, e olha que vai recair sobre quem dirige a CPI aqui na Câmara, porque até então não chamar a CEEE Equatorial para dizer como vai restabelecer a luz do Morro da Cruz e para tantos outros terem água é lamentável. Chapa branca não. Chapa branca não. CPI tem que existir para poder ir a fundo, seja a quem for. É preciso restabelecer a verdade e inclusive defender a possibilidade real da reposição das perdas aos cidadãos e às cidadãs que tiveram neste último temporal. É lamentável que o poder público se exima de fazer uma discussão política, e é óbvio que nós, da oposição, estaremos apoiando esta moção para dizer quem é quem. É lamentável que partidos que se posicionam na política, como os de centro, na defesa dos trabalhadores até então não assinaram pela CPI na Assembleia Legislativa. Nós defendemos que o PDT reabra o debate como fez o Lupi, em nível nacional, implorando para que o PDT gaúcho assine a CPI. Essa é a verdade.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 021/24.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): Sr. Presidente, colegas vereadores, público que nos assiste, público que nos assiste através das plataformas rádio e TVCâmara; na segunda-feira, eu estava propício a nem votar essa questão de apoio à CPI da Assembleia Legislativa. Mas, mediante os argumentos que eu ouvi aqui hoje, eu acho que nós temos que aprovar. Se nós temos um número de mortes não sabível, se nós temos a população invadindo, em várias cidades do interior, a sede das empresas privatizadas, se nós temos uma questão crônica em Porto Alegre, é crônica, porque não precisa nem ventar, é só ter uma nuvem no céu, já começa faltar luz, eu acho que nós temos que ter

um apoio à CPI da Assembleia Legislativa. Porque quem pode, de fato, de fato e de direito, ter poder convocatório, ter poder investigativo na questão da CPI dessa empresa estadual é a Assembleia Legislativa. Eu acho que cabe a nós sim dizer que a cidade de Porto Alegre, uma das cidades mais atingidas nas últimas duas chuvas e nos dois temporais ou três temporais... É a população de Porto Alegre, é a população que nós representamos que quer que os 55 deputados da Assembleia Legislativa tomem noção desse tema. Noção desse tema que faz os pequenos comerciantes que não têm dinheiro para contratar um gerador perderem todos os seus insumos, que faz as pessoas que, com muita dificuldade, compram as coisas para sua casa perderem os seus insumos. Nós precisamos sim ter uma investigação na Casa maior. E aí não podemos apoiar, porque nós estaríamos intervindo em outro poder? Nós fizemos até moção de solidariedade contra deputado aqui nesta Casa. Discutimos dois meses moção de solidariedade a uma ameaça de Maria da Penha, de um deputado; nós discutimos vários temas que dizem interesse à Assembleia Legislativa; aqui melhor, esta Casa se especializou em discutir temas que condizem até com o Congresso Nacional. Aí, na hora de mandar uma moção de apoio, uma moção de solidariedade, uma moção que defina que tem que ser investigado a fundo por quem cabe investigar, de fato, a questão da Equatorial, a questão da falta de luz na cidade de Porto Alegre é a Assembleia Legislativa. É a Assembleia Legislativa, que pode acionar o Tribunal de Contas; é a Assembleia Legislativa, que pode acionar a justiça; é a Assembleia Legislativa, que, por regimento e por lei, pode obrigar a empresa a depor. E nós, em nome da população de Porto Alegre, simplesmente vamos lavar as mãos? Eu acho que não. Eu acho que nós devemos isto para a população de Porto Alegre: uma investigação superior, uma investigação que não só trate de Porto Alegre, mas trate, aqui, do lado, de Cachoeirinha, de Alvorada, de Viamão, de Gravataí, trate lá de Aceguá, trate lá de Quaraí, Frederico Westphalen, onde tem sido algo incrível, a forma que as empresas de energia têm tratado a população. Então, eu acho que cabe, sim, a esta Casa, encaminhar à Assembleia Legislativa a vontade da população de Porto Alegre, que a Assembleia cumpra o seu papel e faça uma investigação

não sobre o contrato de privatização, uma investigação sobre serviço prestado. E este é o papel nosso da política: fiscalizar serviço prestado. A Equatorial tem entregue um serviço, olha, não dá nem para falar do que é esse serviço; agora, que não pode mais isso ficar assim não pode, e a Assembleia constitucionalmente, legalmente tem o papel de investigar essa empresa e de saber por que essa empresa não entrega o que prometeu. Principalmente, se nós não pudermos investigar quantos trabalhadores já morreram, a Assembleia pode investigar não somente quantos trabalhadores morreram, mas quantos consumidores já morreram em função dos fios de alta tensão da Equatorial não serem encapados, morreram com chicote. Quando arrebentam esses fios, chamam de chicote, deteriorando vidas de pessoas dentro de casa, em apartamentos, nas suas casas, quando arrebentam esses fios de alta tensão. Seria isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): Obrigado, Ver. Claudio Janta.

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 021/24.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (CIDADANIA): Quero saudá-lo, Presidente em exercício, colega Padeiro; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; às vezes, nesta Casa, nós levamos muito pela ideologia, achamos que a ideologia vai resolver a nossa vida a qualquer momento. Não! Ela atrapalha nossa vida. Fui deputado dois mandatos, a melhor e a maior CPI, Ver. Alex, eu participei: aquela do Detran. Deu resultado, os deputados, naquela oportunidade, tiveram coragem de enfrentar. Tem gente que foi preso, alguns execrados da política, e tinha mais coisas ainda, tinha inclusive funcionários de alguns deputados no interior do Estado, e Santa Maria tinha um vínculo com a universidade, que vocês sabem. Portanto, a CPI do Detran foi a única que deu certo neste Estado. Agora por que a Câmara de Vereadores não quer votar – tirando a política ideológica – se CEEE foi privatizada e votada na Assembleia? Por que aqueles deputados, com honradez de ter privatizado – que não é nenhum defeito – não podem agora

cobrar por que a CEEE não está dando resultado para sociedade rio-grandense? Nós estamos fazendo aqui: não tem oposição, não tem situação, todos estão juntos numa CPI para cobrar comprometimento da CEEE, mas a CEEE está prejudicando o cidadão gaúcho, não é só o porto-alegrense. Eu estava vendo agora a matéria de Cerrito, lá na região de Pelotas, estão sem luz até hoje. O pessoal está sofrendo! Então a Assembleia, no meu entender, desculpe dizer isso, tem que fazer, até para entender que eles também têm esse dever de votar a favor, mas de fiscalizar, principalmente fiscalizar. Fiscalizar é fazer uma CPI, fiscalizar é fazer um controle interno, essa tarefa é fundamental, inclusive, numa comparação, o deputado tem muito mais prerrogativa do que nós, Oliboni, para fazer essa CPI, muito mais do que a Câmara. A Câmara é Porto Alegre, mas a Assembleia é o Estado inteiro, Janta, eles têm que estar junto, eles têm que abraçar essa ideia, fazer essa CPI, ver o que que está acontecendo com a CEEE, que CEEE Equatorial é essa? Privatizar não é mal de ninguém, tem uns que gostam de privatizar, outros não, mas isso faz parte, cada um tem o seu direito de escolher. Mas uma coisa que tem que sempre escolher é a fiscalização, a ética, a moral, o comprometimento com o povo gaúcho. Então, eu vou votar a favor desse requerimento, porque eu entendo que a Assembleia tem obrigação de ver, de fiscalizar! E o que houve com a CEEE Equatorial? Foi mal privatizada? Dá para analisar também na CPI. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 021/24.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Obrigado, Presidente, em exercício, Gilson, alegria em vê-lo na condução dos trabalhos; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, assessorias, assistência, pagadores de impostos que nos acompanham pela TVCâmara. Nesse episódio da CEEE, CEEE Equatorial, Equatorial, privatização, o que mais me chama a atenção é que a esquerda, especialmente o PT, não fica nem vermelha de vergonha de tudo que fala nesta tribuna. A começar por quem ajudou a falir a antiga CEEE estatal, quem ajudou

a meter diversos processos trabalhistas quebrando o caixa da empresa, instrumentalizando os sindicatos, fazendo com que a empresa passasse a dar calote no seu próprio dono, o Estado. Afinal de contas R\$ 2 bilhões do valor da empresa eram, ou são, de dívidas do ICMS que a estatal não repassava. Ou seja, o PT está umbilicalmente ligado...

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Posso terminar? O PT vai querer censurar minha palavra? O senhor vai querer censurar minha palavra? O PT sendo PT, querendo censurar quem discorda – estamos vendo isso em Brasília, vereador. Então, o PT e a esquerda e seus satélites ajudaram a quebrar a CEEE, a quebrar a estatal, e agora estão tentando constranger a Assembleia Legislativa com argumentos falaciosos, com todo o respeito ao Ver. Oliboni, que subiu aqui e disse que a CEEE não foi chamada. A assessoria do Ver. Oliboni, por favor, traga a programação da CPI: a CEEE vai estar aqui, Ver. Oliboni. Então parem de mentir, de meias-verdades. O PT quebrou a CEEE, o PT quebrou o Estado, a esquerda quebrou o Rio Grande do Sul e agora está querendo fazer panfletagem, está querendo indispor esta Casa com a Assembleia. A Ver.^a Nádia foi muito feliz: “eu sou vereadora, neste âmbito estamos trabalhando, a Assembleia que decida”. E por fim, enquanto o Ver. Jonas faz o seu recorte – vou dar um tchauzinho para o recorte, Jonas, me enquadra melhor aqui. Me enquadra melhor aqui, Jonas Reis, líder da quadrilha do PT, quer dizer, do partido do PT nesta Casa. O PT é governo federal, a esquerda é base do Governo Federal e é a Aneel que pode cassar a concessão. Por que esses petistas, esquerdistas, não pressionam o Lula em Brasília? Eles querem palanque para o Rossetto, eles querem palanque para a Luciana Genro, eles querem palanque para pré-candidatos a prefeitos poderem fazer política, e não querem resolver o problema. Porque se resolve o problema na Aneel e o Presidente da República, infelizmente é de esquerda, e a esquerda desta Casa poderia ir a Brasília exigir o fim desta concessão, afinal de contas, com a

privatização a gente pode demitir a Equatorial. Com a CEEE não era possível, virava passivo, virava dívida e nem o ICMS era repassado para os Estados e para os Municípios. Por isso PT, satélites do PT ao menos fiquem envergonhados com o tanto de falácias, com o tanto de inverdades que proferem aqui de cima. Pressionem o Lula, pressionem o Ministério de Minas e Energia. Vamos resolver o problema da energia, vamos lá e caçar a licitação da CEEE Equatorial ou da Equatorial. Vamos lá, eu vou junto a Brasília, vamos falar com o Lula, e não ficar fazendo panfletagem e querer armar palco para o Rossetto e para os demais pré-candidatos de esquerda. Obrigado, Presidente.

Vereador Jonas Reis (PT): Presidente, uma questão de ordem, eu ouvi atentamente o Ver. Tiago, mas ele falou pouco da Equatorial e da moção. Falou do PT, a moção não é do PT, vereador, por gentileza.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): Feito o registro, Ver. Jonas.

A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 021/24.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente Gilson à frente dos trabalhos, vereadoras e vereadores, como Presidente da CPI desta Casa, eu não podia deixar de subir a esta tribuna para falar, falar sobre essa emoção, falar sobre o que está acontecendo. Inclusive, amanhã, nós teremos, a partir das 9h30min, ao vivo, aqui na Câmara de Vereadores e também pela TVCâmara, nós vamos ouvir o Sindicato dos Eletricitários, o Sindicato dos Engenheiros e, a princípio, deveríamos ouvir a Aneel, que até agora não nos deu retorno se estará ou não estará presente. Caso nós não tenhamos um representante, será feita uma nova convocação, porque isso não é um convite, isso é uma convocação, e caso não aconteça, nós vamos encaminhar a convocação ao Ministério Público, porque nós precisamos ouvir a Aneel. Isso é muito importante para essa CPI, que é uma CPI séria, que é uma CPI que busca chegar ao final dela com um documento oficial, que traga a responsabilidade da Equatorial junto ao

Município de Porto Alegre, junto ao seu maior cliente, que hoje tem uma conta anual de mais de R\$ 100 milhões e que está tendo um serviço de péssimo a ruim. Então, nós precisamos, sim, falar sobre isso. Eu acho que nós não podemos nos desmerecer, Ver. Claudio Janta, quando a gente acha que a importância tem que vir da Assembleia Legislativa, que ela não deveria ser da nossa Câmara Municipal. Deveria, sim, ser da Câmara Municipal porque nós temos legitimidade para isso, nós somos fiscalizadores, nós fomos eleitos para cuidar e para preservar os serviços da nossa cidade, e é isso que nós estamos fazendo com essa CPI, nós estamos tentando, através dos nossos mandatos, através dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, melhorar o serviço que é entregue à nossa população. Nós temos muitas questões que nós trouxemos nessa CPI, como as trocas de relógios sem autorização, onde as contas se elevam a partir daí, onde isso vai para uma aferição e essa aferição diz que não tinha nada de errado nesse relógio, e, mesmo assim, uma multa é aplicada; quando a gente tem contas abusivas numa comunidade como a do Beco do Buda, onde estive, com a Equatorial e com o Procon, e as contas chegam a R\$ 1.200 para uma casa que tem um chuveiro, uma televisão, uma geladeira e dois bicos de luz. Tem que ter coisa errada! E se tem coisa errada é nosso dever estarmos à frente dessa CPI para fazermos esse serviço melhorar. A Agergs esteve aqui conosco e nos falou, nos disse das responsabilidades e que no evento de 16 de janeiro faltaram pessoas para trabalhar, tanto que tiveram que trazer trabalhadores de fora do Estado, tiveram que vir trabalhadores do Rio de Janeiro para atender à nossa demanda. Dentro do relatório diz que falta capacitação dos profissionais que trabalham hoje junto à Equatorial, é claro que não são todos, mas existe, e que hoje é muito falho esse atendimento. Fala dos arbóreos, da responsabilização, da responsabilidade que tem a Equatorial de recolher, de fazer a retirada dos troncos, dos galhos que ficam quando a poda é feita pela Equatorial. Então, nós temos muitas falas que foram feitas aqui e que nós, junto com a Ver.^a Comandante Nádia, minha relatora, estamos trabalhando e vamos trabalhar até o final para que nós tenhamos uma CPI que faça uma entrega séria, verdadeira, realista e que nós, como todos os vereadores,

possamos chegar ao final disso e fiscalizar. Porque o nosso interesse maior é que a nossa cidade, que as pessoas que ficam 15 dias sem luz possam ser atendidas de imediato. Muito obrigada.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): Em votação nominal, solicitada por vários vereadores, o Requerimento nº 021/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 19 votos **SIM**; 6 votos **NÃO**.

Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inclusão do Requerimento nº 053/24 na priorização da próxima segunda-feira. Trata-se da Frente Parlamentar em Defesa da Cannabis Terapêutica, uma iniciativa deste vereador. Obrigado.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Vereadora Comandante Nádia (PL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLCL nº 009/22 da priorização de votação.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em discussão o **PLCE nº 012/23**. (Pausa.) O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL): Boa tarde a todos. Depois retornarei aqui na tribuna para falar ao vereador Cassiá, que fez aqui uma importante colocação, pois acho que é importante deixar tudo claro. Mas como não é agora esse mote, só para deixar claro que falarei e responderei ainda hoje ao Ver. Cassiá Carpes.

Sobre esse projeto, que teve a liderança desde o início do Ver. Moisés Maluco do Bem, desde a articulação entre os prefeitos de Viamão e Porto Alegre, lá atrás, na legislatura anterior, e agora inclusive, se construiu isso porque, no passado, foi feita uma alteração delimita territorial entre Viamão e Porto Alegre, por um técnico do governo do Estado, que alterou algumas...

Presidente, uma observação, o microfone, para quem é mais alto, eu tenho certeza que o Ver. Tiago Albrecht também passa por isso, acaba ficando com problema de ruído, de som. Ou a gente coloca mais alto o microfone para que a gente possa falar como os outros, ou vai ter que aumentar sempre o volume, porque realmente é difícil para as pessoas conseguirem entender. Então, queria fazer esse pedido aqui, enfim. Por enquanto, para corrigir isso, vou ficar mais perto do microfone.

Esse trabalho de articular entre os dois municípios, Viamão e Porto Alegre, foi feito pela liderança do Ver. Moisés, isso é um fato, e, de fato, foi para corrigir um erro histórico do governo do Estado, que, há um tempo, alterou os limites territoriais que colocou no Município de Porto Alegre algumas regiões que eram consideradas de Viamão, e também ao contrário. E isso afetou muito as pessoas que moram ali na região. Por quê? Porque, se tu moras em Porto Alegre e é considerado como Viamão, os serviços que atuam em Porto Alegre não podem prestar à Viamão, e o contrário também. Então, isso de fato atrapalha as pessoas que moram naquela região. Isso é um fato. Na liderança para tentar resolver esse problema, o Ver. Moisés entrou na interlocução entre os dois municípios.

Obviamente isso é muito complexo de fazer, porque, além de ter o espelhamento das leis nos municípios de Viamão e Porto Alegre, isso tem que ser coordenado também pelo governo estadual, na Assembleia Legislativa. E isso tudo foi feito.

O único problema, e aqui peço a atenção dos vereadores, é que uma comunidade, se não me engano, Vinte e Seis de Agosto, que se reconhece como sendo de Porto Alegre, foi colocado, nesse desenho do governo do Estado, feito por um técnico, no Município de Viamão. Isso começou a gerar muitos problemas para essa comunidade, por quê? Problema de coleta de lixo, cobrança de energia elétrica, cobrança de água, que é prestada pelo DMAE em alguns locais,

é prestada pela Corsan em outros locais, e também a questão da colocação de iluminação pública, que agora nós temos aqui a PPP da iluminação pública em Porto Alegre, que lá não pode ser feita, porque é considerado Município de Viamão. É mais ou menos esse contexto.

No projeto que o Ver. Moisés trouxe espelhado de Viamão, de acordo com o governo do Município de Porto Alegre, se manteve fora a comunidade da 26 de agosto. Nada contra o trabalho já realizado pelo Ver. Moisés, mas essa comunidade me procurou, e como me procurou, eu fui ao encontro dela e eu fiz questão de não escutar pessoas que vieram me dizer que a comunidade queria ser; eu fiz questão de ir na comunidade e escutar das pessoas que lá moram se elas queriam ou não fazer parte do Município de Porto Alegre, ou não fazer parte do município de Viamão. E daí, após escutar essas pessoas, nós fizemos uma subemenda à emenda do Ver. Moisés, que havia corrigido esses limites territoriais, para incluir a comunidade 26 de agosto. Daí o Ver. Moisés retirou a emenda principal dele e fez uma nova emenda corrigindo esses erros, só que na nova emenda feita pelo Ver. Moisés, corrigindo esses erros e incluindo a 26 de agosto, nós constatamos que teve um pedacinho ali embaixo que ficou alterado, deixou de ser um limite territorial, geográfico, que era a divisa do rio, como se fosse, do córrego, e ficou dividida, uma rua, em duas cidades diferentes. A minha segunda subemenda veio para corrigir essa questão. Então por isso que eu digo para os vereadores que entendem que a 26 de agosto tem que ser contemplada, que a nova emenda do vereador já contempla após ele ter incorporado parte da minha subemenda da emenda anterior, mas a segunda subemenda vem para corrigir essa questão do limite territorial, que deixou de ser o córrego e passou a ser uma rua, ali na transversal. Seria só para corrigir isso, por isso que nós fizemos duas subemendas: a primeira caiu porque o vereador tirou a primeira emenda; a segunda foi para corrigir somente esse limite territorial. Como gesto, para demonstrar que eu não queria roubar o protagonismo do vereador, eu pedi para ele fazer uma emenda que englobasse tudo, mas como não deu tempo da assessoria dele fazer a emenda que englobasse tudo, e assim a minha subemenda cairia, eu acho que faz sentido nós aprovarmos a subemenda para

corrigir para o limite geográfico que já é considerado a divisa, e o resto já está contemplado pela emenda principal dele, que trata da questão da 26 de agosto. Não tem discussão ideológica aqui, a comunidade 26 de agosto vai ser contemplada de qualquer maneira, com a minha subemenda ou sem a minha subemenda. Isso só corrige um problema que de qualquer maneira vai ter que ser espelhado lá pelo município de Viamão, porque quando nós colocamos a 26 de agosto no novo texto, como não veio isso original de Viamão, vai ter que ser espelhado, e nisso eu louvo o trabalho do Ver. Moisés, porque foi ele que fez de fato essa interlocução com município. Obrigado, tamo junto!

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): Obrigado, Ver. Jessé. Respondendo à pergunta que fizeste, já tem um projeto para trocar todo o mobiliário, contemplando os autos da Casa. O Ver. Adeli Sel está com a palavra para discutir o PLCE nº 012/23.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Vereador Gilson na presidência dos trabalhos, colegas vereadoras, vereadores, esse projeto nos leva a um bom debate, que é a questão da autonomia das pessoas, das comunidades, dos povos, uma autodeterminação. Nós não podemos cingir uma comunidade, um grupo de pessoas, obrigatoriamente, a pertencer a este ou aquele município – são as pessoas que, dentro das normas existentes, podem escolher onde ficar, a quem pertencer, mas acho que temos que ter um cuidado, já disse aqui certa feita a outro vereador, para que se cuidasse a questão dos registros, porque agora, aprovada essa legislação, todos terão que, em princípio, fazer as correções cartoriais. Creio que a comunidade deveria ser acionada para que a gente pudesse ajudar, para que coletivamente fosse feito tudo em conjunto com cartório responsável; caso contrário, sairá muito caro para as pessoas. Quem tem comércio registrado nesse território terá que fazer as modificações na Junta Comercial; portanto, as pessoas que têm mais contato com a região poderiam pautar essa questão. Nós poderíamos aqui todos auxiliar no sentido de um registro cartorial coletivo, coletivo/desmembrado, por óbvio, mas nós precisamos

alertar essas comunidades, como eu já alertei, sobre mudanças de rua. Dizia aqui o Ver. Moisés que não era tão simples a modificação de um nome de rua. Infelizmente, em Porto Alegre, em minhas pesquisas, constatei 37 repetições de logradouros; às vezes rua tal e rua tal, nem avenida, nem praça, nem travessa, é uma confusão muito grande, isso que eu não cheguei no levantamento da metade das ruas, dos logradouros de Porto Alegre; imaginem o que acontece. E o nosso registro aos vereadores que mais se envolveram com essa questão – Moisés, Sangalli e outros –, eu quero salientar que o cadastro da Prefeitura é completamente desastroso, muitas ruas não estão devidamente registradas, muitos nomes aparecem como se fosse tal pessoa. Vou dar um exemplo, a Trav. Alfredo Magalhães, em Ipanema, não é um médico famoso, como diz um livro que os médicos fizeram sobre os nomes das suas ruas; é simplesmente o filho do Juca Batista, que doou as terras para fazer a abertura de ruas. O Juca Batista chamava-se Juca Batista Magalhães, e Alfredo Magalhães, seu filho. Eu tenho os documentos, inclusive de um discurso quando foi feita a colocação de asfalto lá, documentos históricos. Como também eu perguntava para as pessoas – Comassetto – quem é que nomina a Estrada João Antônio da Silveira? General farrapo está em livros. Não é verdade. Eu concluo, no acervo histórico, Arquivo Histórico Moysés Velhinho, está lá um abaixo-assinado da comunidade da Restinga pedindo para um cidadão comum do povo chamado João Antônio da Silveira nominar aquela rua. O nome dos generais da Guerra dos Farrapos e outros estão todos aqui no Centro Histórico e no Floresta, não tem nenhum fora disso, logo, é uma furada muito grande. Então, eu espero que eu consiga, com essa minha simples colocação, chamar atenção para o problema do registro cartorial e a questão do comércio na Junta Comercial. Talvez propor ação comunitária ou a quem se envolveu um registro mais coletivo para que não haja perturbação. Muito obrigado.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLCE nº 012/23.

Quero saudar a presença do secretário da SMAP – Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio, Sr. André Barbosa. Seja bem-vindo a esta Casa.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (CIDADANIA): Quero saudar o Ver. Padeiro, as Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Quero participar desse debate que é muito importante e fico muito contente porque a [Lei nº 14.338](#) de 30 de outubro de 2013, quando eu era deputado, presidente da Comissão de Assuntos Municipais da Assembleia, fizemos essa lei, que hoje dá guarida a esse aspecto da anexação. Por que nós tivemos que fazer essa lei naquela oportunidade? Porque não havia mais a possibilidade de fazer emancipações, aí nós entendemos que muitos municípios tinham seus lados anexados a outras cidades. O pessoal tinha vida... e quero lembrar o fato especificamente que foi a nossa experiência, quando nós fizemos a anexação de Santo Agostinho, de São Sebastião do Caí, que era de Capela de Santana. Ou seja, a vida do cidadão, as escolas, Oliboni, eram totalmente em São Sebastião do Caí, mas a área pertencia ao município de Capela de Santana. Aí tivemos essa ideia que hoje se reprisa aqui e já se reprisou, tenho certeza em vários municípios. Porque naquela época não tinha GPS, Ver. Tiago, era o Exército que fazia a medição, rústica, simples, era o que tinha para o momento, como se diz. Então, naquela oportunidade, Moisés, nós anexamos a Câmara de Vereadores de São Sebastião do Caí votou favorável e depois também Capela de Santana votou favorável, que é o que nós estamos fazendo aqui para depois ir à Assembleia, e lá foi feita a lei na Comissão de Assuntos Municipais, da qual eu era presidente em 2013. Nesse sentido mostra que é importante, já que não tem mais emancipação, quando há erros de demarcação, de divisão, onde a comunidade, neste caso de Passo das Quirinas, que tem uma vida exclusiva em Porto Alegre, pertence geograficamente a Viamão, mas tem uma vida do dia a dia em Porto Alegre. Nesse sentido, nada melhor do que... São 581 hectares que vêm a Porto Alegre porque a população já é de Porto Alegre. Então isso é bom citar. Eu fico muito contente, assim como o proponente desta discussão e deste projeto, Ver. Moisés, fico muito contente, porque vejo aquilo que eu plantei lá em 2013, como presidente da comissão de

assuntos municipais da Assembleia, sendo realizado agora aqui na capital. Isso é muito bom, o cidadão quer morar onde ele vive, com a sua alma, com a sua família. Não adianta dizer que, geograficamente, ele é de alguma cidade, quando a sua alma, o seu corpo, a escola, a família está vivendo a vida de Porto Alegre. Fico muito contente, vamos votar a favor sim, porque isso foi uma ideia que nós tivemos, para solucionar uma questão das não emancipações.

Quero aproveitar a oportunidade, o estado que tem mais emancipações – e foi uma das causas por que se coibiram emancipações apressadas, sem uma correção de área correta – é Minas Gerais, que tem mais de 700 municípios. Depois, se não me engano, vem São Paulo.

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR CASSIÁ CARPES (CIDADANIA): Então houve uma correção de rumos, buscando através de projetos legislativos como este, na Assembleia, de anexações. É o que nós estamos fazendo aqui, vamos votar favorável, que é muito bom para Porto Alegre, bom para Viamão, mas, principalmente, para essas famílias que vivem a sua vida, os seus familiares, praticamente, uma vida de cultura da capital do Estado. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLCE nº 012/23.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Muito obrigado, Ver. Gilson Padeiro; venho aqui como os colegas que me antecederam falar desse tema do Passo das Quirinas. Aquela comunidade do Passo das Quirinas, ou das Quirinas, ao longo da sua estrada, que vai desde do Passo da Taquara até a Lomba do Pinheiro, na verdade, ela sempre teve uma vida integrada muito mais à cidade de Porto Alegre do que à cidade de Viamão. Inclusive os ônibus que por lá passam vêm para Porto Alegre. Ali está situada a cooperativa dos agricultores ecológicos, que tive o prazer de ajudar a fundar lá no ano de 1992, 1991, que

são núcleos de produtores daquela região. Portanto a identificação das pessoas no território, a territorialidade é extremamente importante para a cidadania e importante para a sua identificação. Nesse caso, Ver. Maluco do Bem, ele é referente muito mais a Porto Alegre; portanto, aqui se faz uma correção histórica. Assim como foi feito na administração do Olívio Dutra, quando foi incorporado o Parque Saint'Hilaire a Porto Alegre, que, na época pertencia, a Viamão. A partir da Estrada Bérico José Bernardes, toda a comunidade pertence a Porto Alegre; para além da Bérico Bernardes, lá na Parada 20 da Lomba do Pinheiro, pertence a Viamão.

Bom, mas eu quero trazer, junto com isso, uma outra grande notícia, Ver. Albrecht, que vem tanto criticar aqui o Presidente Lula; foi anunciado há poucos dias, no PAC de Porto Alegre, eu já digo por que tem a ver com este tema territorial, Presidente. Há um conjunto de investimentos, Ver. Aldacir Oliboni, sendo R\$ 27 bilhões para o Rio Grande do Sul e, desse valor, tem duas grandes conquistas em Porto Alegre, que o senhor foi um dos precursores dos movimentos. Estamos conquistando mais um instituto técnico federal que provavelmente vai se situar pela Zona Leste, Zona Norte da cidade de Porto Alegre, com o tema possivelmente da qualificação do ensino na saúde. A outra conquista, que eu queria dizer aqui, é mais um hospital maternidade para Porto Alegre. São R\$ 150 milhões conquistados, e aí, Ver. Moisés, onde que vai se instalar essa conquista, que trabalhamos, ajudamos a trazer para Porto Alegre? Um hospital maternidade, lá junto ao Hospital Restinga e Extremo Sul, que vai atender aquela região toda, onde essa comunidade passará a se integrar territorialmente no município de Porto Alegre. Agora, não basta integrá-los, e aí o governo municipal, Ver. Adeli Sell, está com dívida para a cidade, com dívida para esta Câmara. Ficou, desde o ano passado, de enviar para cá os estudos de revisão do Plano Diretor da cidade de Porto Alegre. Não enviou e certamente não vai enviar mais, Ver. Cássia, porque discutir Plano Diretor, junto com o processo eleitoral, não é compatível com a vida política e o envolvimento, porque Plano Diretor tem que ser debatido com a população, e essa população que está sendo incorporada terá que já fazer parte desse processo para dizer como quer

o desenvolvimento regional. Aí é através do planejamento participativo, nossa prezada bancada, e o que é o planejamento participativo? Nada mais, nada menos que a integração dos saberes populares com os saberes técnicos. Portanto a população de Porto Alegre que nos ouve neste momento Ver.^a Mônica, tem que deixar de ser o que hoje o governo Melo faz deles: faz deles atores nos processos. Eles não podem mais ser atores no processo sob o ponto de vista do planejamento participativo, eles têm que ser autores do processo. Portanto eu espero que a comunidade dessa região, dos 581 hectares lá do Passo das Quirinas, cuja população não sei precisamente qual é, mas é uma zona rarefeita, porque ela está inserida dentro da zona rural legal de Porto Alegre, essa população também tenha o direito, a partir de agora, de participar da construção da territorialidade do município de Porto Alegre. Sinto muito – eu e o Ver. João Bosco Vaz que aqui estamos – que o prefeito tenha deixado para o próximo ano remeter o Plano Diretor para esta cidade. Gostaríamos muito ainda de ter contribuído aqui na elaboração das principais estratégias e associar a política nacional, estadual e local. Muito obrigado, Sr. Presidente, é claro que votaremos favoravelmente ao projeto.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): Ver. Cassiá?

Vereador Cassiá Carpes (CIDADANIA): Presidente, só fazer uma retificação: tem a Emenda nº 03 dos vereadores Moisés, Cecchim e José Freitas, que corrige geograficamente. São 121,196 hectares. Só para ficar bem claro que a emenda corrige o próprio projeto. Obrigado.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): Registrado, vereador. Em votação a Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 012/23. (Pausa.) O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Boa tarde, presidindo os nossos trabalhos o Ver. Gilson, colegas, vou tentar ser rápido. Esse tema está

há muito tempo aqui e eu preciso fazer um resgate sobre o porquê desse tema estar aqui. Primeiro lugar, não é culpa dos atuais prefeitos das cidades de Viamão e de Porto Alegre, isso foi dito aqui. O Ver. Idenir Cecchim é proponente e autor também das emendas, porque conhece o assunto, pois era secretário extraordinário do governo Sartori quando nós levamos esse assunto ao conhecimento – e eu já fiz esse agradecimento ao então secretário Idenir Cecchim. Um técnico resolveu tirar a divisa geográfica, que era uma ravina, um arroio, um riacho, e passou a caneta – estou traduzindo aqui para todos entenderem – em cima da rua. E, entre esse acidente geográfico e a rua, muitas pessoas foram prejudicadas; pessoas, Ver. Adeli, que continuam com seus registros, até hoje, em Porto Alegre. Pessoas que estavam sendo prejudicadas com essa mudança de município para Viamão, porque perderiam o seu CEP, conseqüentemente, o seu cartão SUS e não poderiam ser mais atendidas pela rede pública de saúde, histórica, de Porto Alegre, onde sempre viveram. E o absurdo tributário maior ainda, pagando o DMAE, alguns pagando IPTU, os tributos em Porto Alegre, conta de luz com CEP de Porto Alegre simplesmente passaram a ser Viamão. Em alguns casos, se o então secretário de saúde, Erno, não tivesse encontrado uma solução, alguns moradores teriam que pegar um ônibus ir até o centro de Porto Alegre, outro ônibus até Viamão para serem atendidos. Então, hoje podemos fazer uma correção, porém, e aí eu quero explicar aqui sobre as emendas, Ver. Ferronato, Ver.^a Mônica, que estão em dúvidas com as emendas. Isso é um projeto que nós não podemos legislar sobre o território alheio, legalmente o território é de Viamão. Então, o prefeito Sebastião Melo e o prefeito Nilton, o prefeito Bonato, o antecessor também fizeram um acordo de que território Viamão votaria na câmara de Viamão, porque ele é o detentor legal, e abriria mão para retornar a Porto Alegre. Então, vamos lá, o território é de Viamão, nós não podemos legislar aqui e dar uma de Nicolás Maduro em Essequibo e dizer: “Eu quero a Guiana para mim”, é ilegal. Então, nós temos que legislar em espelho com o que Viamão topa devolver a Porto Alegre. Quando houve a emenda que a gente tirou e colocou o líder do governo, Idenir Cecchim, eu, é porque o prefeito de Viamão, ouvindo a comunidade da 26

de Agosto, e aí a gente sabe que ano eleitoral tem politicagem, a verdade não chega lá na ponta. Inventaram, mentiram que a gente não queria... A gente depende de Viamão, que é o proprietário atualmente. O prefeito foi sensível, os técnicos fizeram o desenho desta Emenda nº 3 e toparam que a 26 de Agosto, que se entende porto-alegrense, que paga tributos por Porto Alegre, que quer ser Porto Alegre, Viamão disse: está aqui o texto pode apresentar por emenda que a 26 de Agosto pode retornar a Porto Alegre. Então a Emenda nº 3 é a emenda que tem acordo. Existe aqui, e aí eu entendo a boa vontade do Ver. Jessé, que viu um trecho que é ali num córrego que teria ficado fora, mas eu tento explicar ao Ver. Jessé que não veio isso de Viamão, então não há acordo. E se nós não aprovarmos como está acordado com o detentor legal do território, os moradores vão ser prejudicados por mais tempo porque o processo volta à estaca zero. Então o meu apelo aqui. É diferente a outra emenda do Ver. Jessé, que é uma emenda positiva sobre as placas de sinalização, a Emenda nº 2, se não me engano, isso não tem nenhum problema, é importante, é bom para a comunidade ter as placas. Mas aprovar a Emenda nº 3, rejeitar a subemenda, porque não há acordo do detentor legal do território, aprovar a outra emenda do Ver. Jessé, que é da sinalização, e aí vamos contemplar a comunidade da 26 de Agosto, e quem sempre foi Porto Alegre vai continuar Porto Alegre no entendimento dos dois municípios. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 012/23.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL): Bom, retornando sobre este tema, sobre a comunidade 26 de agosto. A 26 de agosto estava fora de Porto Alegre no projeto que foi apresentado e nós fizemos uma emenda, na verdade uma subemenda. E não foi para desrespeitar ninguém. Se fosse para desrespeitar, nós tínhamos feito uma emenda direto no projeto, porque daí eu teria o protagonismo. Eu fiz uma subemenda na emenda do Ver. Moisés para contribuir

com a discussão, só que por algum motivo o vereador retirou a emenda e fez cair a minha subemenda. E contemplou a 26 de Agosto contemplando a minha subemenda. Show de bola: a comunidade ganhou, Porto Alegre ganhou, todo mundo ganha. Então o primeiro argumento não serve: “Ah, porque nós devemos fazer um projeto espelhado com Viamão”. Se eu fiz uma emenda, e ele englobou a minha emenda, então já não é espelhado com Viamão – fato. E eu não teria problema nenhum em simplesmente aceitar a emenda dele, porque eu falei para o Ver. Cecchim, eu abro mão de qualquer vaidade, vaidade zero, o que importa é a comunidade ser contemplada. O problema é que essa emenda nova, que o vereador fez, que veio trazida de Viamão, tem um pequeno erro, é um erro. E é um erro que não é culpa do vereador, é um erro que o técnico mandou com erro. Imaginem que vocês moram numa rua, metade da rua é Porto Alegre, metade da rua é Viamão, vocês acham isso bom? É ruim. E tinha um limite geográfico, um córrego, que era o limite até ontem, ou até pouco tempo atrás, por que não manter esse limite geográfico? Todo mundo chega numa ponte entende que daqui para lá é outra cidade, daqui para cá é essa cidade. Então insistir em não querer fazer a minha subemenda que só corrija um erro, eu acho um problema. “Ah, mas Viamão não vai aceitar, porque meia rua fica em Viamão e tinha que ficar em Porto Alegre, ou ao contrário.” Eu acharia mesquinha do prefeito de Viamão não aceitar fazer o lógico, que é colocar uma divisa no limite geográfico natural, mas, se esse é o argumento, então os vereadores votem com a sua consciência. E o prefeito de Viamão vote com a sua consciência, ou faça o projeto com a sua consciência. Eu só estou falando que não tenho vaidade nesse projeto, e não faz sentido fazer uma rua, ficar metade numa cidade e metade noutra, quando tem um limite geográfico claro, que é um córrego, que, até antes dessa confusão toda, estava determinado ou acordado que ficaria o limite geográfico na divisa, ponto. Essa é a minha subemenda à Emenda nº 03.

E o outro projeto, que tem consenso, é para solucionar um problema que acontece em toda a cidade. Nós fazemos divisa com várias cidades: Alvorada, Canoas, Viamão, o que acontece? Em muitas localidades das nossas divisas, alguns acham: “Ah, é nesse poste que é divisa. Ah, é duas quadras para baixo

que é divisa”. A minha Emenda nº 02 fala o quê? No exato limite da divisa, tem que ter uma placa dizendo: “Aqui acaba o território de Porto Alegre e começa a outra cidade” – aí depende qual vai ser o texto que será utilizado. Para quê? Para que os serviços prestados em Porto Alegre sejam claros para a Prefeitura e para a comunidade: “Ó, tu estás cobrando aqui, mas não é o Melo o culpado, o problema é o Nilton”. Ou o contrário: “Não, o senhor está nos xingando, mas a culpa não é do Nilton, é do Melo”. E isso não é claro, porque as pessoas, por não ter um limite claro, acabam confundindo às vezes. Isso é fomentado inclusive por quê? Porque hoje, nesse território, acontece de a água ser de Porto Alegre, a conta de energia elétrica ser de Viamão, o IPTU ser de uma cidade, a conta de não sei o quê de outra. Há inclusive um caso ridículo de contas de energia elétrica que diz o bairro Quirinas, cidade Viamão Porto Alegre. Não faz sentido. Então, peço que os senhores considerem essas ponderações, a minha Emenda nº 02 não tem conflito, o próprio vereador falou, e a Subemenda nº 03 é só pra corrigir um pequeno erro. Se aprovar com um erro, não tem problema, mas eu acho que se é para resolver o problema, não tem por que a gente ir de novo na Assembleia, ir de novo no prefeito, ir de novo no outro prefeito, pedir para duas câmaras de vereadores fazerem e depois disso, provavelmente, vai para sanção do governador. Por quê? É só para dizer que eu não contribuí nesse processo? Eu vejo totalmente desnecessária essa discussão, mas cada um vota com a sua consciência.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): Em votação nominal a Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 012/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 27 votos **SIM**.

Em votação nominal a Subemenda nº 01 à Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 012/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** a Subemenda nº 01 por 3 votos **SIM**; 20 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Em votação a Emenda nº 02 ao PLCE nº 012/23. (Pausa.) Não há quem queira encaminhar. Em votação nominal a Emenda nº 02 ao PLCE nº 012/23. (Pausa.)

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): (Após a apuração nominal.)
APROVADA por 30 votos **SIM**.

Foram aprovadas a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Moisés Maluco do Bem, Ver. Idenir Cecchim e Ver. José Freitas; foi rejeitada a Subemenda nº 01 à Emenda nº 03, de autoria do Ver. Jessé Sangalli; e foi aprovada a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Jessé Sangalli.

Em votação nominal o PLCE nº 012/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.)
APROVADO o por 30 votos **SIM**, nenhum voto contrário.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, apenas para registrar que, no voto anterior, o meu voto era “sim”, mas não consegui votar em tempo. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Registrada a intenção do Ver. Aldacir Oliboni ter votado “sim” ao PLCE nº 012/23.

Em discussão o [PLL nº 127/21](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, primeiramente dizer que esse é um projeto muito meritório, Ver. Claudio Janta, porque nós sabemos da dificuldade que é a obesidade ser observada com acuidade pelo nosso sistema de saúde. Porto Alegre hoje tem uma fila de cinco anos e meio, é o tempo de espera para uma cirurgia bariátrica, Ver. Oliboni. Isso é uma tragédia. E as pessoas só chegam à cirurgia bariátrica, à necessidade dela, porque o sistema não está conseguindo dialogar com o problema social. E

aí nós observamos algo que precisa ser regulado também neste Município: a propaganda dessa alimentação extremamente industrializada, rica em açúcares, carboidratos e pobre em nutrientes, mas que as propagandas tomam conta. Vejo muitos vereadores, que estão respondendo mensagens nos seus celulares, e observo que nos nossos próprios celulares aparecem as propagandas, nas redes sociais, incentivando a população à má alimentação. Isso precisa ser combatido, é fundamental pensar uma política nesse sentido, por isso nós temos política municipal, a partir da Secretaria de Saúde. É meritório para pensar a nutrição da nossa população. E aí eu quero destacar um grande problema, Ver. Adeli: há muito tempo não nomeiam nutricionistas para a nossa capital. Isso é um problema que precisa ser resolvido, a gestão precisa olhar com acuidade para essa população. Eu tenho vários obesos na minha família e a gente sabe como é difícil. Tenho parentes que conseguiram fazer a bariátrica há anos, mas esperaram muito tempo na fila. E as pessoas olham assim: Ah! obesidade – traz vários outros problemas de saúde, problemas cardíacos, de pressão, diabetes. O diabetes é uma das doenças que mais coloca a população no hospital. Aí o gasto é enorme com a internação, porque a gente não faz o trabalho de ponta, de prevenção. Então, vamos votar a favor desse projeto para uma política séria, de diálogo com uma fração expressiva. Nunca antes, na história do Brasil, o nosso povo teve uma quantidade tão grande de pessoas com obesidade, porque, inclusive, não incentivamos mais a mobilidade. A gente não tem esse incentivo social, a gente precisa pensar nisso, bem como na educação física também, porque a gente está vivendo um momento de muito sedentarismo, está tudo muito pronto para nós, a gente circula menos, caminha menos; então, a gente precisa repensar vários padrões de convívio, que acabam estourando no sistema de saúde. E ter uma unidade municipal, Ver. Janta, ligada a esse tema, vai ser importante para começar um trabalho pioneiro na capital. Conte com nosso apoio, vamos à luta.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 127/21, como autor.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): Sr. Presidente, colegas vereadores, na saúde escutamos há muito tempo um dogma na questão da saúde, que é a prevenção, que pode desafogar alguns setores, pode evitar algumas doença. Nós temos disponíveis, pelo SUS, para Cidade de Porto Alegre, engavetadas, guardadas há muito tempo, mais de 10 mil cirurgias bariátricas disponíveis pelo SUS, com a capacidade de serem feitas pela Santa Casa, a capacidade de serem feitas pelo Divina, a capacidade de serem feitas pelo Conceição, por toda rede hospitalar disponível. E nós temos um déficit que passa de 5.500, então, nós podíamos fazer 5.500 bariátricas e ter uma reserva de 4.500. Só que as pessoas morrem, morrem. E os bariátricos escutam o quê? Que não tem como fazer a cirurgia. Isso é uma mentira. Aí, inventam: “Não, porque o bariátrico precisa de acompanhamento psicológico três, quatro anos”. Mentira! “Ah, que o bariátrico tem que ter um acompanhamento psicológico antes de fazer a cirurgia.” Mentira! “Ah, que o bariátrico...” Mentira! Mentira! Mentira! E mentira, uma atrás da outra. Qualquer plano de saúde, a pessoa chega no plano de saúde com a necessidade de fazer uma cirurgia bariátrica para poupar dinheiro, para não ter que estar tratando o fígado, não ter que estar tratando a obesidade que traz várias doenças circulares, doença do coração, diabetes, anemia... “Mas tão gordinho com anemia?” Anemia, várias doenças que vêm acompanhado. O privado vai lá e encaminha esse paciente para a bariátrica. Esse paciente escolhe o seu médico, escolhe o que está no seu plano de saúde, vai lá e fala com o doutor. E o que o doutor diz? “Meu filho, vou te pedir só uma coisa: não engorda, porque todos teus exames estão em cima do peso que tu estás. Não engorda. Daqui a 30 dias, 40 dias, nós vamos fazer a bariátrica.” E a bariátrica salva vida. Aqui, quem está falando para vocês é um bariátrico, um bariátrico que tinha gordura no fígado, um bariátrico que tinha gordura no rim, tinha problema no rim, um bariátrico que tinha problema sério de circulação, um bariátrico que teve antes de fazer três trombozes na perna e várias outras doenças. Hoje eu não tenho mais. Nós temos que ter uma unidade que receba esse bariátrico, receba esse obeso e lá nessa unidade não vai ficar a pessoa

com o pedido de solicitação de fazer o exame de sangue e ela vai fazer o exame de sangue. Quando ela vai fazer o exame que é só pegar uma esteirinha para ela caminhar, o exame de sangue caducou, aí ela volta de novo para a fila para fazer um novo exame de sangue. É um círculo vicioso que não permite que um obeso tenha uma dignidade. Eu queria botar um nome nesse projeto que se chamaria Jorge Madeira. Jorge Madeira, um ex-vizinho do Cassiá, da região do Cassiá que ficou mais de seis anos esperando a bariátrica, mais de seis anos. Depois que ele faleceu, passaram cinco anos e a família recebeu um comunicado dizendo que era para ele ir procurar um hospital que ele seria encaminhado para a bariátrica, mas ele não tinha feito nenhum dos exames ainda. Então nós estamos falando de ter uma UBS, porque precisa ter a lei aqui, e eu venho recapitular com os colegas vereadores que, se nós não tivéssemos aprovado a lei do Certa aqui, do Centro de Referência e Diagnóstico do Autismo, nós não teríamos o Certa em Porto Alegre porque não tem a lei, Ver. Idenir Cecchim, e o gestor público não pode botar dinheiro em algo que não é previsto. Então nós não temos como mais ficar tirando dinheiro lá na ponta, se nós não fizéssemos a prevenção. Então se nós tivermos a lei em Porto Alegre - e tenho certeza de que várias outras câmaras estão discutindo sobre ter uma Unidade Básica de Saúde exclusiva para obesos - não é nenhum privilégio, é humanidade, é saúde pública. A maior inveja que tem um obeso... Quem já viu o Ver. Jonas Reis comer aqui? O homem come, come e não engorda. Isso é uma inveja desgraçada que o obeso tem. É verdade, vereador, o senhor sabe, nós já nos encontramos em alguns lugares e o senhor come e diz para mim: como é que tu és tão gordo e come tão pouquinho? Porque o vento me engorda. Respirei e engordei. Não é piada. Então nós estamos pedindo aqui dignidade para as pessoas obesas da nossa cidade, para Porto Alegre ser a precursora de termos uma Unidade Básica de Saúde para obesos, algo que seja precursor, como Porto Alegre está sendo na questão do Certa. Nós podemos ser a vitrine para a questão da saúde pública da obesidade, quando a cidade de Porto Alegre criar uma lei, uma política que vai nos permitir buscar recursos do governo federal, vai nos permitir buscar recursos em várias outras áreas para que nós

possamos ajudar as pessoas obesas a terem uma qualidade de vida e não ficarem só buscando isso, porque até problemas respiratórios tem o obeso. Então esse é um projeto de lei que nós temos a expectativa que vire uma política pública nacional, como várias leis que foram aprovadas nesta Casa e viraram política pública nacional. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 127/21.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Presidente, colegas; quero primeiro parabenizar o Ver. Janta, que está sempre muito preocupado, importante, com a saúde dos munícipes. Tenho visto o vereador falando na questão dos autistas, na questão dos síndromes de Down, na questão de postos de saúde abertos até às dez da noite, propiciando, dessa forma, que as pessoas possam buscar atendimento imediato, e agora não é muito diferente, não é, Ver. Claudio Janta? O senhor preocupado com a questão da obesidade, que é algo que preocupa todos nós, principalmente naqueles dois anos de pandemia, quando nós pudemos observar crianças e adolescentes obesos. Isso é um problema de saúde, isso é uma questão nutricional, isso é uma questão para a saúde mental, é uma preocupação, por certo, que todos nós, vereadores, temos, porque sempre tem alguém que conhece, tem um parente, tem um amigo que tem obesidade. Muitas vezes, essa obesidade traz problemas cardíacos, traz problemas de pressão alta, traz outros tipos de problemas que, é importante a gente dizer, oneram a saúde. Quando nós trabalhamos na base para termos pessoas saudáveis, pessoas que saibam comer corretamente, que se exercitam, a gente tem menos custo na saúde depois. Meritório demais, Ver. Janta, o seu projeto, mas, infelizmente, eu não vou poder votar “sim”, já digo aqui que o meu voto é “não” por conta da inconstitucionalidade. Temos aqui a CCJ, com o relator dando existência de óbice de natureza jurídica; temos a CEFOR pela rejeição do projeto, temos a CUTHAB pela rejeição do projeto, empatado, podemos dizer assim, temos a COSMAM pela rejeição do projeto, e tudo por quê? Porque tem

vício de origem. Para se criar uma UBS, uma Unidade de Saúde que trate da obesidade, esse projeto deve vir através do Executivo Municipal. Eu fico com muita pena, porque, se o senhor aqui estivesse instituindo um programa de saúde para tratar a obesidade, estaria muito tranquilo; se o senhor tivesse feito um projeto de lei indicativo ao Executivo para a criação de uma Unidade de Saúde municipal de obesidade, estaria muito tranquilo; mas infelizmente, da forma que o projeto está apresentado, eu não vou poder votar aquilo que o senhor gostaria. O meu voto vai ser “não”, mas já indicando, dizendo para o senhor que não perca a oportunidade de fazer um projeto indicativo. Indique ao Executivo fazer essa Unidade de Saúde de obesidade, até porque nós temos que ter também a responsabilidade de poder saber de onde sai o dinheiro, de onde saem recursos monetários e recursos humanos. Quem estará ali à frente, atendendo a população? Não podemos criar unidades sem termos o mínimo de estrutura. Entendo que o senhor diz que não pode ter um orçamento encaminhado para uma coisa que não existe ainda, mas essa coisa deve ser criada pelo Executivo. Então, apesar de todos elogios que lhe fiz, e o senhor tem feito muitos projetos importantes, cuidando da saúde dos porto-alegrenses, este em especial vai ter o meu “não”, por conta da rejeição da existência de óbice, praticamente, em todas as comissões – pela inconstitucionalidade. Mas lhe digo aqui de novo, sugiro, como sua amiga, colega vereadora: faça um programa, faça um indicativo para que essa sua ideia seja levada adiante. Muito obrigada, parabéns de novo.

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE): Só para esclarecer, eu fiz a minha bariátrica há cinco anos e meio. Antes de fazer a bariátrica, eu já tinha feito indicativo ao outro governo, fiz vários indicativos a este governo, e, se nós não tivermos a lei, nós não teremos forma de elencar recurso. A prova viva disso se chama Certa. O Certa foi criado que nem a UBS para obeso, e hoje funciona, atendendo centenas de crianças; temos agora o Certa Mais, então se nós não cumprirmos nosso papel de fazer as coisas, nós não vamos, jamais, conseguir avançar em políticas públicas.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Feito o registro, vereador. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 127/21, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde; queria parabenizar o nosso colega Ver. Claudio Janta pela sua iniciativa, mas diria que eu seria mais audacioso, em vez de criar uma unidade básica de saúde, criaria um centro de tratamento de obesidade. A maior parte dos hospitais em Porto Alegre tem centros de tratamento de obesidade. Dois hospitais já os têm pelo Sistema Único de Saúde: o Clínicas e o Conceição, mas não atendem à demanda existente, essa é a verdade. O Janta falou aqui em quatro mil aguardando na fila, outros falaram em cinco mil. Isso demonstra que lá na ponta, na unidade de saúde, além de não ter uma unidade que trata somente de obesidade – aí o Ver. Claudio Janta descreve aqui o tipo de tratamento, acompanhamento que a unidade de saúde pode direcionar ao paciente que seja obeso e que tenha problema de pressão alta, diabetes, assim por diante – é preciso um especialista à disposição, coisa que hoje não tem, essa é a grande verdade.

A pressão faz a ocasião, porque se percebe claramente que o próprio Janta, que já fez cirurgia de obesidade, que conhece a dura realidade desse problema, sabe o quanto é importante na nossa cidade ter um centro de tratamento da obesidade, como tem na Santa Casa e outros hospitais de grande porte, que tratam da grande complexidade, porque na saúde se fala em pequena, média e grande complexidade. Quais são os hospitais que tratam rapidamente diagnóstico com grande complexidade? Muito poucos e são geralmente na capital, e é por isso que tem essa enorme fila, como tem em especialistas que o primeiro tratamento é lá na unidade de saúde, de clínico geral, de pediatra e assim por diante, mas não tem um especialista que pode solicitar aqui uma endoscopia, uma colonoscopia, uma ressonância para poder mostrar

claramente, no diagnóstico, a necessidade da urgência de uma cirurgia bariátrica. Essa é a grande verdade! Então, o Sistema Único de Saúde tem que estar preparado, e para estar melhor preparado tem que ter, sim, algumas unidades que tratam sobre essa especialidade e ter hospitais que agilizem as cirurgias bariátricas para poder reduzir a fila. Parabéns, vereador, estamos junto contigo.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Registro a presença do secretário de administração, André Barbosa, seja sempre bem-vindo a esta Casa, secretário. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Ramiro Rosário, o PLL nº 127/21. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 21 votos **SIM**; 4 votos **NÃO**.

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE): Presidente, em nome dos obesos de Porto Alegre, as pessoas que sofrem muito, nós agradecemos por aprovar mais uma política pública para a cidade de Porto Alegre.

Vereadora Mari Pimentel (REPUBLICANOS)(Requerimento): Presidente, gostaria de solicitar o adiamento da discussão do PLL nº 458/21, de autoria do Ver. José Freitas, por uma sessão.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Mari Pimentel. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**. Em discussão o [PLCE nº 003/24](#). (Pausa.) O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, esse é um tipo de projeto que interessa a todos, a cidade. Por exemplo, esse projeto contempla aquele edifício da Rua dos Andradas, onde era a Secretaria da Educação, para se transformar em habitação popular, Ver.

Comassetto, V. Exa. que tem um viés nesse sentido. Esse projeto também contempla a construção de um CRAS da Glória. E tem mais um, vejam a importância desse projeto, faz com que o Funmercado seja usado para o Mercado. Então, sem mais me alongar, eu quero dizer aos meus queridos vereadores, tanto da situação quanto da oposição, que é um Projeto muito importante para o Município, mas principalmente para os cidadãos de Porto Alegre. Obrigado.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Tiago Albrecht e do Ver. Ramiro Rosário, ao PLCE nº 003/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Tiago Albrecht, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLCE nº 003/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCE nº 003/24.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Mauro Pinheiro, Presidente desta Casa, vereadores e vereadoras, na verdade, o Executivo devia ser mais cuidadoso quando enviasse esse tipo de projeto à Câmara. Deveria já apontar o rol de locais a serem vendidos, ou postos à venda. Estão aqui os nossos doutos secretários acompanhando, é um alerta que eu quero fazer, porque isso é uma questão de transparência, não é desconfiança; é que nós precisamos acompanhar *pari passu* todas as coisas que acontecem na cidade. Quando a Prefeitura faz algo correto, eu já nomeiei aqui duas ou três ações do Executivo que eu vim aqui, de público, apoiar, como apoiei outras questões, nas minhas andanças, nas minhas redes sociais, etc. e tal. Nós temos, às vezes, um pequeno espaço, o secretário André disse há pouco que há espaços inservíveis, pode até ser inservível, em alguns casos, mas isso não quer dizer que o conceito

de inservível, às vezes, para a própria Administração, não seja um lugar altamente adequado para um condomínio anexar ao já existente, para aumentar uma área de chegada, uma área de lazer – tudo isso é importante numa cidade que se quer inclusiva. Eu vou dizer que votarei favoravelmente ao projeto, mas eu quero ter o direito de, toda vez que fizer uma solicitação, que a Prefeitura tenha a grandeza de dizer “Esse lugar fica em tal região”, “esses são os limites”, “se quiser verificar, pode verificar”, porque eu já fui verificar em outros casos, já fui verificar. Nós precisamos ter essa visão de cidadania, essa visão pública para que a gente possa discutir, e, inclusive, em alguns casos, em sabendo da venda de determinados espaços públicos, secretário André, a gente possa dizer para as pessoas: “Mas você não acha interessante ter esse espaço?” Ademais, a Prefeitura, felizmente, em alguns casos, abriu espaços para a colocação de serviços e de comércio onde antes não havia. Porque eu me lembro que eu tentei, em 2003, quando secretário, colocar um equipamento debaixo do Viaduto da Silva Só e havia “n” objeções; “n” objeções. Quando estava chegando ao final da minha gestão, eu consegui que se fizesse uma liberação pela própria Procuradoria; só que eu já estava saindo. Hoje vejo que tem três ou quatro equipamentos funcionando. Funcionando! É melhor você ter um *cheeseburger*, um pequeno bistrô, um cachorro-quente em um lugar desse, porque cria vida, cria dinamicidade, não podemos ter espaço... Na cidade de Niterói, no Rio de Janeiro, a Prefeitura não deixou nenhum recanto, nenhuma birosquinha de terra devoluta que não fosse utilizada para alguma questão pública, seja para lazer, entretenimento e também fazendo concessões, ou, melhor dizendo, provavelmente todas com permissão de uso para algum privado exercer algum serviço, seja lá uma lojinha para fazer a chave ou outra para vender um cachorro-quente, etc.

Nós, portanto, somos favoráveis a que a Prefeitura se desfaça daquilo que não é necessário, que não é imperioso para si. Disse dias atrás, quando o governo do presidente Lula coloca nas mãos da Prefeitura quatro espaços públicos, dois deles maravilhosos, um no Centro Histórico, um prédio que pode ser feito um *retrofit* e utilizado para habitação tranquilamente, e outro na Farrapos. Os dois

da Protásio eu achei meio, como se diz vulgarmente, chumbregas, mas talvez seja importante para aquela região, porque eu nem sei muito bem a dimensão, não ficou muito claro quando fui lá para verificar e fazer as fotografias.

Ou seja, nós precisamos ter uma comunicação direta, como hoje com os secretários, assessores, vindo aqui discutir conosco, mas vocês têm que fazer isso permanentemente e, quando nós aprovarmos aqui, é a Prefeitura que tem que demonstrar o que está sendo feito para que a gente possa, por um lado, fiscalizar e, por outro, também demandar. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir o PLCE nº 003/24.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde, colegas vereadores, o conteúdo desse projeto é seguir uma política adotada por este governo de venda do patrimônio público. Adeli, vereador que me antecedeu na tribuna, hoje a gente não tem acesso a quais imóveis são próprios municipais, qual é o valor desses imóveis e qual é o processo de venda e de leilão. Eu sei disso porque me reuni ontem com o secretário André Barbosa para reivindicar a sede da Epatur, que está com o leilão marcado para o dia 23 de abril. Essa sede nos interessa enquanto movimento social negro para discutir a instalação do Museu de Cultura e de História do Negro. Isso é uma discussão que não passou pelo conselho do negro aqui de Porto Alegre, é uma discussão que deveria ser feita nas instâncias, e a gente pensa que os imóveis dos municípios têm que ser priorizados para o sentido social. A gente tem 152 áreas de riscos na nossa cidade. Toda vez que chove a gente vem aqui fazer a mesma discussão dos mesmos problemas: da falta de drenagem, da falta de esgoto, da falta de equipamentos públicos básicos da nossa periferia. Um debate que a gente vem se colocando, do mandato e da bancada do PSOL, é por que não utilizar os imóveis do Município para a regularização fundiária. Aí não é uma exceção da ocupação que está acontecendo neste momento na Andradas. Quais são os imóveis hoje disponíveis do Município de Porto Alegre que podem ser utilizados para a

reforma urbana? Por que não colocar a periferia no Centro? A gente tem uma série de entidades, de organizações, de OSCs, que estão esperando o seu TPU. Agora, recentemente, uma discussão também da instalação da cancha lá da comunidade do Morro Santa Tereza, da Nossa Senhora do Brasil, uma área que foi comprada pelo Município. A reivindicação da comunidade é a instalação de uma quadra, e a gente não consegue ter um entendimento por parte das secretarias se aquele espaço vai ser destinado ou não para instalação do equipamento. Espaço público tem que ser priorizado para as demandas da população. É uma demanda do CAPS, a instalação de um CAPS na região do Partenon, da Lomba do Pinheiro. Não tem espaço hoje no Município para abarcar esse lugar. Tem emenda impositiva destinada pela deputada federal Reginete Bispo para instalação de um CAPS na região da Lomba do Pinheiro, do Partenon, mas não tem próprio para acolher esse espaço. A sede do Conselho Tutelar do Partenon também, decadente, precária, foi debate dentro da nossa reunião de comissão, e a gente não tem um imóvel no Município ou interesse do Município de comprar um imóvel na região ou atualizar, reformar, um imóvel da região. A gente não tem nem acesso à lista de móveis, hoje, que estão disponíveis. Tu entras no site da Prefeitura, a Prefeitura virou uma imobiliária, não tem transparência, não sabemos os valores dos imóveis. Esse projeto é para acelerar essa tramitação, a gente quer discutir, a gente quer priorizar as demandas da população. Primeiramente, demanda de moradia. A crise climática está impactando Lajeado, Ponta Grossa, Morro da Cruz... Por que não pensar a instalação dessas comunidades vulnerabilizadas no Centro de Porto Alegre? Por que não pensar a expansão da rede infantil? Em Porto Alegre, faltam oito mil vagas e a gente não pensa em expandir a rede pública de educação infantil, só dar mais dinheiro público para as empresas privadas, comprando das empresas privadas de educação. Então tem uma lógica que independe da emenda ou do ajuste que foi colocado. Ah, vai contemplar uma ocupação no Centro de Porto Alegre. Ao mesmo tempo, reforço uma lógica a que somos completamente contrários, que é seguir vendendo o patrimônio público, sem debate, sem transparência, priorizando os interesses da

especulação imobiliária em detrimento dos interesses da população. Nesse sentido, somos contrários a esse projeto, secretário André Barbosa, e a gente entende que as nossas demandas são urgentes. Se seguir essa lógica de venda, primeiro vende, depois discute o que vai fazer com dinheiro, a gente vai perder cada vez mais o controle público daquilo que é da população. Esses terrenos não são do governo Melo, não é para fazer caixa. Isso tem que ser discutido em conselho, com as comunidades. A gente tem uma série de prioridades que a gente elenca cotidianamente aqui nessa tribuna, prioridade de habitação, e hoje gente não tem uma política de habitação no Município, a não ser o Minha Casa, Minha Vida, lá na periferia, lá onde já não tem equipamento público, lá onde já inunda, lá onde a rede elétrica já é uma porcaria.

Para nós não serve esse projeto, secretário André Barbosa. Nesse sentido, a gente vota contrariamente. E a gente faz um apelo aos camaradas do Partido dos Trabalhadores que se posicionem também em relação a isso, porque é inadmissível Porto Alegre seguir de joelhos para a especulação imobiliária. Não dá! O que é público é do povo. Quem tem que decidir isso é a população.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir o PLCE nº 003/24.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Presidente Mauro Pinheiro, meus caros colegas, o Ver. Jonas Reis me chama de guri do Elon Musk, mas adora o Twitter, está sempre lá no X. Meus colegas, venho aqui discutir uma emenda apresentada pelo Partido NOVO, Ver. Tiago Albrecht e eu, sobre crédito de carbono. Nós colocamos essa emenda dentro desse projeto por achar pertinente já que é um projeto que trata dos próprios municipais, da possibilidade de comercialização, com foco na cidade, no desenvolvimento de Porto Alegre. Nós fizemos uma adaptação de um projeto de lei que tramitava dentro da Casa, que estava passando por alguns ajustes, até mesmo para evitar vício de origem, inconstitucionalidade, e entendemos, numa construção feita, inclusive, com a Ver.^a Cláudia Araújo, numa pauta da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da

Casa, onde a Ver.^a Cláudia trouxe a Rita Ferrão, que é uma das maiores autoridades na área de crédito de carbono no Brasil e aqui no Rio Grande do Sul, para que nós pudéssemos justamente encontrar uma forma, um sistema de Porto Alegre se inserir na comercialização de créditos de carbono para o planeta com benefício para os porto-alegrenses. Rapidamente aqui eu quero reforçar o meu entendimento de que o crédito de carbono é uma solução magnífica para proteção do meio ambiente, porque ele trata muito da natureza humana, do que nós de fato fazemos no nosso dia a dia, que é buscar o lucro, trabalhar, buscar ter capacidade de investimento e também de preservar a natureza. Porém, eu não tenho a falsa ilusão de que um dia a humanidade se acordará, dará as mãos e dirá: “Vamos proteger as florestas, vamos proteger os oceanos, e, a partir de agora, um grande pacto global está estabelecido.” Não, eu não acredito nisso; eu acredito que de todas as ferramentas criadas até o momento, a mais inteligente foi justamente algo que é antiquíssimo na civilização, que é o livre mercado, a possibilidade de aquela empresa, aquela nação, aquela instituição que produz carbono, que emite carbono para a atmosfera e que não consegue por alguma circunstância reduzir essa emissão, que ela tenha possibilidade de comprar de outra empresa, de outra instituição, de outra nação que tem preservada suas florestas, que têm preservada a possibilidade nativa de captar o carbono da atmosfera, comprar aquele crédito de carbono e assim continuar com a sua produção. O Brasil é um exemplo riquíssimo disso, vejam a Amazônia, a possibilidade que nós temos como nação de vender créditos de carbono das nossas áreas de florestas preservadas para que outros países do mundo, que não tenham mais condições de fazê-lo, possam nos dar dinheiro e com isso a gente consegue aumentar as políticas de preservação ambiental nas nossas florestas. E na realidade dos próprios municipais, trazendo a pauta para Porto Alegre, não é diferente: quantas são as áreas, secretário André, de preservação ambiental que temos nos municípios? Tantas áreas verdes e até mesmo áreas de não preservação, mas grandes parques urbanos, como é o caso do Marinha do Brasil, tecnicamente produzem crédito de carbono, porque tem ali áreas verdes, vegetação, árvores que são capazes de reter, de puxar o carbono da

atmosfera. Bom, se nós temos esse ativo, por que não aproveitá-lo? Por que não utilizá-lo? Por que não pegar uma empresa de auditoria séria, licenciada, para fazer a medição dos créditos de carbono em potencial, que a cidade de Porto Alegre tem nos seus próprios municipais, fazer um leilão internacional para isso, eventualmente outra nação, uma instituição, uma empresa pode dizer: “Tenho interesse, vou comprar esses créditos de carbono, emitidos pela cidade de Porto Alegre, nos seus próprios municipais.” E paga por isso; ao pagar por isso, aí nós colocamos, nesta emenda aqui – este recurso serve justamente para preservar as áreas, para que nós possamos ter as nossas APPs cercadas com o gradil de concreto, que elas não sejam objetos de invasões, de construção de moradias irregulares, de prostituição, de drogadição, de mau uso do espaço público, que essas áreas possam ser efetivamente preservadas, com recursos oriundos do crédito de carbono. Julgo esta emenda aqui uma ação importante para a cidade, que traz um resultado prático, efetivo, para a vida do porto-alegrense, que trata de algo extremamente inovador e que preserva o verde, bandeira levantada por tantos aqui, para que a gente possa seguir preservando a nossa cidade. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): o Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o [PLCE nº 003/24](#), por cedência tempo do Ver. Roberto Robaina.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, agradeço ao colega de bancada, Ver. Roberto Robaina, líder da oposição, por poder utilizar, mais uma vez, o período de discussão, para voltar a trazer alguns argumentos, para que nós possamos aqui tentar buscar o convencimento de uma maioria nesse plenário pela rejeição desse projeto. Nós temos uma grande quantidade de próprios municipais, imóveis cujo Poder Executivo é o dono, mas quem ocupa o Paço Municipal o faz por quatro anos, de acordo com o resultado das urnas. Porém, à medida que o Executivo é o gestor desses imóveis, não é ele o proprietário e, sim, o povo de Porto Alegre. Nós temos no nosso Município

uma grande demanda por habitação popular, muitas pessoas vivendo em sub-habitações, condições extremamente precárias. Para essas pessoas o que é oferecido pela cidade de Porto Alegre? Nada. E isso é muito triste, agora, para pessoas ou para empresas que se disponibilizam a comprar esses imóveis temos uma facilitação que talvez um pai não fizesse para o próprio filho, talvez um pai não fizesse para o próprio filho. Eu vou trazer novamente os elementos que eu coloquei quando esse projeto entrou em votação ainda no mês anterior, em março. Eu fiz uma comparação com uma das propostas de alteração da lei vigente que está ali presente no projeto de lei, em seu art. 3º. O art. 3º – que nós não deveríamos aprovar – aumenta de 60 para 90 dias o prazo para o adquirente do imóvel do Município protocolar o instrumento de alienação no Registro de Imóveis. A lei vigente determina que existem 60 dias para regularização, após justamente efetuado o acordo entre Município e a pessoa que compre esse próprio. A Prefeitura, o prefeito Sebastião Melo, propõe a dilatação desse prazo em mais um mês. Será que uma empresa ou uma pessoa que adquire um bem pagando grandes recursos, porque não existem espaços pequenos aqui em Porto Alegre de posse da Prefeitura, precisariam, seriam tão incompetentes para não conseguir correr com a documentação em 60 dias. Será que são necessários mais 30 dias para que a regularização saia do papel? Mas o pior não é isso; o pior é a redução da multa, caso a pessoa ainda venha a extrapolar os 90 dias. Atualmente a multa é de 1% ao dia e o prefeito Sebastião Melo propõe reduzi-la para 0,03%, o que é irrisório. Eu fiz um cálculo só para a população que está nos acompanhando na TVCâmara tenha noção, se uma pessoa ou uma empresa adquire um terreno da Prefeitura e esse terreno valha R\$ 500 mil, a ultrapassar o prazo de regularização, a pessoa pagaria R\$ 5 mil por dia de atraso. Cinco mil reais que entrariam nos cofres da Prefeitura para investir em educação, em segurança, em qualificação das nossas ruas, das nossas avenidas, em podas de árvores, estamos precisando disso, nomeação de pessoal para a saúde, para a educação e para a própria segurança. Porém, se aprovarmos esse projeto do jeito que ele está, com a redução da multa, R\$ 500 mil geraria uma multa de R\$ 150,00 por dia.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Para concluir, vereador.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Concluindo, Presidente, agradeço pelo aviso, senhoras e senhores, para uma construtora R\$ 150,00 por dia é troco, é bala. Não podemos aprovar essa iniciativa. Por isso, propusemos a Emenda nº 02 para revogar o art. 3º e manter a punição às pessoas que atrasam por querer o protocolo desses documentos. Agradeço a atenção de todos.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Roberto Robaina, Líder da Oposição, ao PLCE nº 003/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, solicitando a dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLCE nº 003/24 às Comissões Permanentes, para parecer. Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Apregoo Requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, solicitando votação em destaque à Emenda nº 02 ao PLCE nº 003/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO: Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, solicitando votação em destaque à Emenda nº 02 ao PLCE nº 003/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLCE nº 003/24.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão; vejam só este projeto, que mostra, mais uma vez, as contradições em que o governo Melo se mete. De um lado, chora que não tem dinheiro; do outro, sempre abraçando os poderosos, abrindo mão de dinheiro público, de gente que erra, mas parece que o governo Melo gosta mesmo é dos poderosos. Esses da

especulação, esses são abraçados, acalentados, convidados a tomar café todos os dias lá no governo Melo. Não tem possibilidade da gente tentar entender a mente, porque eles dizem que não têm dinheiro para assistência social, não há dinheiro para fazer escolas, 11 mil crianças sem escola hoje na capital. Para o governo Melo não há dinheiro, ele mesmo disse: “Não tenho como vencer o déficit da educação”. Mas pode abrir mão de dinheiro dos poderosos, que é o que estão fazendo neste projeto. Vocês vejam, cidadãos e cidadãs da nossa querida Porto Alegre, as escolhas permanentes, repetidas, sequenciais ao longo de mais de três anos de governo Melo. Eles estão abraçados não com quem não acessa o SUS, não estão abraçados com as mães que não conseguem vaga em creche, eles não estão irmanados com as pessoas que precisam, lá na fila do SUS, acessar uma consulta com cardiologista, que eles não nomeiam, com ortopedista, com fisioterapia, com nutrição, não! Eles estão abraçados com sonegadores, eles estão abraçados com aqueles que não cumprem com seus deveres. Eles mandam para cá uma legislação para, mais uma vez, flexibilizar. Não satisfeitos os membros do governo Melo com o caos instalado na educação, que até uma secretária foi presa, a secretária Sônia Rosa; um megaempresário, o Jajá, foi preso; duas assessoras foram presas; eles agora querem abrir mão do parco recurso público para deixar que os malandros por aí engordem suas contas bancárias pela especulação imobiliária. Eu fico triste, fico desolado, Ver.^a Cláudia Araújo, porque não me cabe na mente construir compreensão sobre este projeto vergonhoso! E secretário André, que está aqui, eu esperava tudo do governo Melo, menos que V. Exa., à frente da secretaria, da SMAP, estivesse junto num projeto dessa monta, de baixíssima qualidade do interesse público, do povo trabalhador que sofre todos os dias, com transporte sucateado. Não tem um projeto de duplicação de avenida nesta cidade, não tem um projeto de viaduto novo para desafogar o trânsito, não tem um projeto de posto de saúde, não tem projeto de construção de escolas nas periferias. Cadê a duplicação da Av. Edgar Pires de Castro? Eu digo a vocês do Extremo-Sul: o dinheiro que nós poderíamos ir somando para fazermos obras públicas, agora, ele vai escoar para

os que já têm muito e que ficam aí fazendo aquele jeitinho, maleando e lá, no poder público, tem gente que abraça isso. É lamentável! O meu voto não terão.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Sr. Presidente, apregoo o PR nº 034/24, de autoria da Ver.^a Karen Santos.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 003/24. (Pausa.) O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente Mauro, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, assistências, pagadores de impostos que nos assistem pela TV Câmara; quero encaminhar o voto do partido NOVO favorável a esse projeto e também chamar a atenção, especialmente do Partido dos Trabalhadores, para o fato de que, na emenda do partido NOVO, do meu colega Ver. Ramiro Rosário, sabe quem manifestou apoio favorável? Luiz Inácio Lula da Silva. E eu posso provar! Se nós abrirmos o *site* do Senado Federal, nós temos uma notícia do dia 25 de maio do ano passado, quando o Presidente da República Lula sancionou a Lei nº 14.590 de 2023, que transformava a Medida Provisória nº 1.151 de 2022, aprovada em 2 de maio pelo Senado, na relatoria de Jorge Kajuru, do PSB, partido do vice-presidente da República, transformava em lei, numa lei que mudava o marco regulatório da gestão de florestas – atenção! – permitindo a exploração de outras atividades não madeireiras e aproveitamento e comercialização de que, Ver. Ramiro? Crédito de carbono. Essa lei está lá, assinada pelo Presidente Luiz Inácio, pelo Alckmin e também sabe por quem? Por Marina Silva! O Ver. Culau sempre com o seu bom humor. Sim, Marina Silva, Ver. Culau; Marina Silva também assinou essa lei. Então, alerta ao pessoal do PT, do PSB, também do PSOL, que faz parte do governo Lula: o governo Lula, Ver.^a Karen, assinou. A bancada votou contra em Brasília? Bom, então rachou o vestiário, mas o PSOL é da base do governo Lula. E está autorizada, então, numa medida provisória que era do governo Bolsonaro, virou lei no governo Lula.

Então, parece consenso entre uma parte da direita e uma parte da esquerda que, sim, é possível o aproveitamento e a comercialização de créditos de carbono, algo aliás que os países mais desenvolvidos já fazem. Por isso eu conclamo os vereadores, as vereadoras, as assessorias também, que mostrem essa lei – repito: a [Lei nº 14.590, de 2023](#) –, joguem aí no Google, por favor. Conclamo a que nós coloquemos, Ver. Alex, Porto Alegre dentre as cidades mais modernas e prósperas do mundo – do mundo! E este ano tem eleição, pode ganhar Melo, pode ganhar Maria do Rosário, pode ganhar Camozzato – tomara que ganhe Camozzato –, mas quem seja o prefeito...

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Ver. Bosco, o senhor está saindo da Câmara, vereador. O Ver. Camozzato, ou Melo, ou Maria do Rosário, quem quer que seja o prefeito desta cidade vai poder, Ver. Cecchim, desfrutar deste ativo importante para atração de capital, para atração de investimentos, para uma Porto Alegre mais moderna, mais próspera, com mais investimentos.

Para concluir, certamente contando com o voto favorável do Ver. João Bosco Vaz, decano desta Casa, sete mandatos nesta Casa, nem ele se aguenta mais diz ele ali, mas eu peço o voto “sim” na emenda e no projeto. Obrigado, Presidente.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Sr. Presidente, apregoo o PLL nº 134/24, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que concede Título de Cidadão de Porto Alegre ao Sr. Vilson Luís Covatti.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda nº 2, destacada, ao PLE nº 003/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 8 votos **SIM**; 17 votos **NÃO**. Em votação a Emenda nº 01 ao PLE nº 003/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com

manifestação contrária da Ver.^a Karen Santos e do Ver. Alex Fraga, Giovani Culau e Coletivo e Claudio Janta, e abstenção do Ver. Jessé Sangalli.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Prof. Alex Fraga, o PLCE nº 003/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 19 votos **SIM**; 7 votos **NÃO**.

Vereador Jessé Sangalli (PL): Posso só fazer aqui uma observação com relação ao que foi trazido pelo Ver. Cassiá? Eu queria fazer uma manifestação oficial aqui para ficar registrado. O vereador veio aqui e falou sobre a questão da bancada, eu queria falar que o senhor não precisaria falar de maneira velada que o antigo líder da bancada fez isso ou fez aquilo porque é óbvio que o antigo líder da bancada era eu. E também queria só lembrar que eu fui o único vereador eleito pelo Cidadania e o único, daqueles que concorreram, que teve voto para se eleger, então era natural que eu fosse o líder dessa bancada durante esse período. O senhor ficou chateado porque – eu queria externalizar aqui, eu não gostaria de ter que fazer isso, porque não era a intenção – o senhor adentrou no partido Cidadania no dia 18 e eu permaneci líder até a sexta-feira da semana passada. E por esse ínterim aí de 12 dias o senhor gostaria de ter sido o líder e acabou que não foi trocada a liderança nesse período. O que eu acho? Acho que se o senhor tivesse alguma dúvida com relação aos gastos da bancada poderia ter me perguntado, poderia ter pedido para a pessoa que nós nomeamos, que o senhor solicitou, para fazer algum tipo de solicitação para o meu chefe de gabinete, e, além disso, o assessor que o senhor nomeou lá ficou prestando serviço nesse período, e se tem alguma dificuldade, se faltaram dez canetas ou 20 folhas de papel, o senhor podia ter me pedido; porque foi isso que faltou. E caso... Porque isso foi passado para outra bancada, a bancada do PL, se o senhor tiver alguma dúvida, porque aqui ficou parecendo que o senhor tinha dito que eu tinha limpado a bancada. Não é verdade. Estão lá todos os itens: computador, impressora, banco, mesa – tudo que é da bancada. Se nós quisermos ir lá agora, eu posso acompanhar o senhor. A questão que o que faltou foram algumas coisas que, no momento da passagem da chave da nossa

assessoria para a sua assessoria, e não teve reclamação. Então, se o senhor ficou chateado, peço desculpas, mas não foi a intenção. E para qualquer coisa que esteja faltando, o senhor pode abrir um processo SEI, que a gente vai tentar encaminhar qualquer solução. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Está feito o registro, vereador.

Vereador Cassiá Carpes (CIDADANIA): Presidente, valeu a carapuça. E quero dizer mais, pesquisando, agora, constatei que quando ele estava de líder a bancada foi a quarta que mais gastou aqui na Casa. Impressionante. O que ele fazia? Ele não gastava do seu gabinete e gastava na bancada. Então, lamento isso, mas já que ele atingiu... Eu só peço que ele devolva, que ele devolva o material. Não é esse material de mesa, cadeira, nem falei nisso. É material de trabalho. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Feito o registro. Ver. Jessé Sangalli.

Vereador Jessé Sangalli (PL): Na maior parte do tempo, quem assumiu a bancada era o presidente do partido. Então, acho que dá para questionar para o nosso próprio presidente. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Está feito o registro.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Solicito abertura do painel eletrônico para a verificação de quórum, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Onze vereadores presentes. Não há quórum. Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.



(Encerra-se a sessão às 18h.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *

TEXTOS SEM REVISÃO